



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Guilherme Henrique Gonçalves

A Financeirização do Capitalismo e seu Impacto na Relação Centro-Periferia

Florianópolis

2023

Guilherme Henrique Gonçalves

A Financeirização do Capitalismo e seu Impacto na Relação Centro-Periferia

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Fábio Pádua Dos Santos

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gonçalves, Guilherme Henrique
A Financeirização do Capitalismo e seu Impacto na Relação
Centro-Periferia / Guilherme Henrique Gonçalves ; orientador,
Fábio Pádua Dos Santos, 2023.
62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em
Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Financeirização. 3. Relação
Centro-periferia. 4. Desenvolvimento . I. Dos Santos, Fábio
Pádua. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

Guilherme Henrique Gonçalves

A Financeirização do Capitalismo e seu Impacto na Relação Centro-Periferia

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Relações Internacionais.

Florianópolis, 28 de novembro de 2023

Banca examinadora

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos
Orientador(a)

Prof^a. Dra. Patricia Fonseca Ferreira Arienti
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos
Orientador(a)

Florianópolis, 2023

Este trabalho é dedicado aos meus amigos e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha sincera gratidão a todos que desempenharam um papel crucial em minha jornada até a conclusão deste trabalho. Agradeço aos amigos que foram minha família em Florianópolis: aos que fiz durante a graduação e caminharam junto comigo, em especial Vitória, Behnke, Iuri, Letícia, Goes, Nathan, Murilo e Rodrigo; e aos que me apoiaram, me aconselharam e me deram forças nesse último ano para concluir essa pesquisa, Giorgio e Amanda.

Meus maiores agradecimentos também a minha família, Francisco, Lucia, Renata, Diego, Júnior e Emily, que sempre me apoiaram e me ajudaram incondicionalmente em toda essa etapa da minha vida.

Agradeço também ao meu orientador Prof Dr Fábio Pádua dos Santos, que foi fundamental na minha jornada acadêmica e me auxiliou na conclusão dessa pesquisa, e a Universidade Federal de Santa Catarina que me possibilitou um ensino público, gratuito e de qualidade. Cada um de vocês tornou minha jornada de graduação memorável e enriquecedora.

A economia mundial é a mais eficiente expressão do crime organizado. Os organismos internacionais que controlam a moeda, o comércio e o crédito praticam o terrorismo contra os países pobres e contra os pobres de todos os países, com uma frieza profissional e uma impunidade que humilham o melhor dos lança-bombas.

(Galeano, 2009, p. 06)

RESUMO

A relação centro-periferia, desde o momento em que foi introduzida na economia política internacional, tem seus termos constantemente atualizados. Compreender essa relação tornou-se importante para encontrar caminhos para a superação do subdesenvolvimento, elemento estrutural do capitalismo histórico. Um momento importante de inflexão que impactou demasiadamente nessa dinâmica foi a crise de acumulação fordista no final da década de 60 e a mudança para uma acumulação flexível. O capital monetário concentrado passou a ser universal. A esfera financeira surgiu da produção e explodiu. A periferia não ficou de fora da equação e passou a se posicionar como demandante do abundante capital financeiro, contratando empréstimos com taxas de juros inexistentes e recebendo diversos investimentos externos, usando sua dívida pública. Esse endividamento externo tornou-se o ponto-chave para entender o impacto da financeirização na periferia. A explosão da dívida externa nos anos 80 deixou os países em desenvolvimento de joelhos perante o capital rentista do centro, o estrangulamento de suas economias transformou a relação entre o norte e o sul, estreitando os caminhos para superar o subdesenvolvimento. Este trabalho tem como objetivo compreender de que forma a esfera financeira impacta a relação periférica com os países centrais, apresentando as perspectivas de Chesnais, do Estruturalismo Latino-americano e da Economia Política do Sistema-Mundo quanto ao tema.

Palavras-chave: Relação centro-periferia; financeirização; subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The center-periphery relationship, since its introduction into international political economy, has had its terms constantly updated. Understanding this relationship has become crucial to finding paths for overcoming underdevelopment, a structural element of historical capitalism. An important turning point that significantly impacted this dynamic was the crisis of Fordist accumulation in the late 1960s and the shift to flexible accumulation. Concentrated monetary capital became universal. The financial sphere emerged from production and exploded. The periphery did not stay out of the equation and began to position itself as a demander of abundant financial capital, contracting loans with nonexistent interest rates, and receiving various external investments, using its public debt. This external indebtedness became the key point to understand the impact of financialization on the periphery. The explosion of external debt in the 1980s left developing countries on their knees before the rentier capital of the center, strangling their economies and transforming the relationship between the North and the South, narrowing the paths to overcome underdevelopment. This work aims to understand how the financial sphere impacts the peripheral relationship with central countries, presenting the perspectives of Chesnais, Latin American Structuralism, and the Political Economy of the World-System on the subject.

Keywords: Center-periphery relationship; financialization; underdevelopment

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
EPSM	Economia Política do Sistema-Mundo
EUA	Estados Unidos da América
FED	Federal Reserve
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimentos Externos Diretos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CENTRO-PERIFERIA.....	17
2.1 CEPAL ORIGINÁRIA.....	17
2.2. O ENFOQUE DA DEPENDÊNCIA.....	20
2.3 A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO (EPSM).....	23
3 O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO.....	28
3.1 CHESNAIS E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	29
3.2 ESCOLA DE CAMPINAS E A FINANCEIRIZAÇÃO COMO MODO DE SER	34
3.3 ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO (EPSM) E OS CICLOS	
SISTÊMICOS.....	43
4 FINANCEIRIZAÇÃO E RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA.....	51
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o desenvolvimento em todo o globo é relativamente nova. Foi apenas na Doutrina Truman dos EUA, durante a Guerra Fria, que se iniciou uma preocupação com o tema. A Europa, destruída no pós-Segunda Guerra Mundial, e o medo do governo estadunidense com uma expansão do socialismo fizeram com que a pauta se tornasse prioridade no período. No entanto, ao longo das décadas, o desenvolvimento se mostrou presente em apenas algumas regiões do globo, e somente alguns países conseguiram superar a condição de miséria, condição esta trazida pelo próprio presidente Truman ao definir, pela primeira vez, o conceito de subdesenvolvimento (BORGES, 2020).

O subdesenvolvimento passou a ser entendido como parte da estrutura do sistema capitalista mundial. Isso foi traduzido nos anos 50 por teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), destacando Raul Prebisch e Hans Singer, como a relação centro-periferia. Conforme evidenciado pelo professor Fábio Pádua dos Santos, o centro se destaca como aquelas economias nas quais a técnica capitalista de produção emerge e se difunde, enquanto a periferia envolve todas aquelas economias que permanecem em um estado tecnológico e organizativo defasado em relação ao centro (Santos, 2017).

Esse caráter das diferenças das estruturas produtivas, junto aos ritmos distintos de absorção do progresso técnico entre o centro e a periferia, amplia a longo prazo a brecha entre os subdesenvolvidos e desenvolvidos e, dessa forma, evidencia a deterioração dos termos de troca, salientando como os resultados do progresso técnico se concentram nos países do centro.

Dessa forma, a fim de pensar o desenvolvimento, se deveria salientar as singularidades econômicas históricas e sociais de cada país periférico, divergente dos centrais. A partir desse momento, o modelo de centro-periferia passou a figurar em diversas teses, apenas diferindo em como se estruturava essa relação.

É importante salientar que essa relação centro-periferia passou por diversas atualizações e diferentes interpretações. A industrialização via substituição de importações na América Latina chegou a um limite e não trouxe o desenvolvimento, explicitando a condição estrutural do subdesenvolvimento. Dentro disso, o estruturalismo latino-americano apontou o caráter de dependência da periferia, salientando a importância de se compreender a estrutura de dominação vigente,

com a interação entre os diferentes grupos sociais que controlam a estrutura social e política, apontando como, no curso do capitalismo histórico, o processo econômico, político e social da periferia sempre foi expressado por uma relação de dependência, seja no colonialismo, seja no capitalismo contemporâneo.

A nova relação de dependência é representada pela migração abundante de recursos externos aos países em desenvolvimento. O desenvolvimento econômico autônomo se mostrou impossível, e a periferia passou a atrair Investimentos Externos Diretos (IED) com a finalidade de custear sua estrutura e transformar sua indústria. O endividamento externo era expandido e estimulado pelas políticas econômicas dos países em desenvolvimento, que se integravam produtivamente na divisão internacional do trabalho fordista, explorando suas vantagens em relação ao centro, como mão de obra barata e abundância de recursos naturais, recebendo investimentos externos e transformando sua estrutura.

A explosão dos euromercados e a erupção do sistema "Bretton Woods", junto ao fim do sistema de taxas de câmbio fixas na década de 1970, marcaram uma nova era para o capitalismo. O fordismo rígido de investimentos fixos dava lugar a uma maior flexibilidade e mobilidade. O capital, que caminhava para uma crise, encontrou novas oportunidades de aumentar seus lucros e sua valorização. O capital passou a se reproduzir inúmeras vezes, sem ancoragem produtiva, criando uma riqueza fictícia. A esfera financeira se desenvolvia da produção e crescia exponencialmente. O Estado perdeu as rédeas, e o capital monetário atuava sem nenhum controle ou regulação. Os Estados Unidos praticavam políticas monetárias frouxas, com emissão de moedas e taxa de juros baixa, com a finalidade de aumentar o investimento produtivo. A maior parte desse capital era transferida à esfera e permanecia na sua forma monetária. Nesse contexto, o endividamento externo da periferia era estimulado, com empréstimos com taxas de juros ínfimas. A acumulação maciça de capitais monetários era empurrada para os países em desenvolvimento. O dinheiro parado, abundante, precisava ser escoado.

O impacto que a financeirização, como lógica do capitalismo contemporâneo, teve sobre a relação do centro com a periferia pode ser inferido ao analisar a trajetória da dívida externa. A partir da década de 1980, o governo dos EUA, por meio de seu banco central, o FED, se alia ao capital monetário privado, muda sua política econômica, cortando a expansão de capital e aumentando exponencialmente a taxa de juros, implicando na explosão das dívidas externas dos

países em desenvolvimento. É a partir desse momento que a periferia se vê refém dos grandes bancos e corporações privadas. A classe rentista cresce à base do estrangulamento periférico.

Assim, a definição de centro e periferia passou a ser mais complexa e não apenas entendida como a desigualdade do progresso técnico e a divisão internacional do trabalho. O centro era definido pelo controle sobre o processo de inovação tecnológica, da moeda e finança internacionalizada. Enquanto isso, a periferia se caracterizava por seu sistema produtivo ser dependente dinamicamente, pelo caráter frágil de sua moeda e de suas finanças externas (Mello, 1997 *apud* Santos, 2017).

Redefiniram-se os determinantes da relação centro-periferia e as condições para a superação do subdesenvolvimento. A consolidação da indústria manufatureira na periferia não promoveu o seu consequente desenvolvimento, revelando a historicidade da hipótese da desigualdade da difusão do progresso técnico como determinante dessa relação e da industrialização como condicionante exclusivo para o desenvolvimento.

A financeirização do capitalismo contemporâneo foi estudada por diferentes escolas. O Estruturalismo latino-americano, por meio da Escola de Campinas, aponta a instabilidade como característica central do capitalismo financeiro e a riqueza fictícia como parte estrutural do sistema. Arrighi salienta a crise de acumulação do ciclo atual. Chesnais infere para um crescimento da riqueza parasitária e do rentismo, apontando os problemas da valorização da riqueza sem ancoragem produtiva. Com as considerações dessas três perspectivas, é possível compreender qual foi a mudança qualitativa da relação centro-periferia após a expansão do capital monetário concentrado.

Dessa forma, este trabalho visa suscitar os argumentos de diferentes visões de economia política internacional sobre a esfera financeira e a relação do centro com a periferia com o objetivo de entender como a financeirização do capitalismo após os anos de 1970 altera a relação entre o centro e a periferia.

Para isso, a pesquisa foi dividida em três capítulos: O primeiro apresentará o conceito de relação centro-periferia para o estruturalismo latino-americano - a Cepal originária e os teóricos da dependência - e a Economia Política do Sistema Mundo (EPSM); O segundo irá expor como diferentes escolas entendem o fenômeno contemporâneo da financeirização, trazendo a perspectiva de Chesnais, Escola de

Campinas e EPSM; e o terceiro capítulo apresentará o impacto do fenômeno da financeirização na relação centro-periferia.

As diferentes perspectivas foram escolhidas após um entendimento de quais, entre as principais, poderiam contribuir de forma mais significativa para a pesquisa, de acordo com as preferências pessoais do autor.

Já há diversos estudos que tentam entender e identificar essas mudanças na relação e as influências das finanças. Há trabalhos que buscam perceber como se transformam os determinantes da estrutura centro-periferia (Santos, 2017; Boaventura, 2017), outros que procuram entender o papel do Estado nesse fenômeno (Nader, 2022), que focam nas relações monetárias (Belluzzo, 1997; Palludeto; Abouchedid, 2014; Conceição; Tavares, 2017) e também na integração produtiva (Chesnais, 2016).

A pesquisa é de tipo qualitativo e de caráter exploratório-bibliográfico, metodologia mais adequada levando em consideração o problema de pesquisa proposto. Além disso, pode-se entender a pesquisa como de natureza básica, isto é, sem uma aplicação prática, mas que busca o aprimoramento da ciência e do tema selecionado, procurando atingir novas possibilidades.

Foi escolhido o caráter exploratório-bibliográfico para esta pesquisa pelo entendimento de poder agregar com as pesquisas sobre o tema da estrutura financeira e sua influência nas relações norte e sul. Como posto por Prodanov e Freitas, a pesquisa exploratória tem como intuito proporcionar mais informações sobre o assunto investigado (Prodanov; Freitas, 2013) com um papel fundamental do levantamento bibliográfico a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações, teses, internet com o intuito de ter contato com os principais materiais já escritos sobre o tema (Prodanov; Freitas, 2013).

Foi seguido as etapas evidenciadas por Prodanov e Freitas: um levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório do assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto, nessa ordem (Prodanov; Freitas, 2013).

De tal forma, com o auxílio do professor orientador, foram selecionadas obras preponderantes dos autores no que tange o tema para uma posterior revisão a fim de identificar como o desenvolvimento da estrutura financeira altera a relação entre o centro e a periferia.

É importante apontar como o estudo sobre a estrutura do capitalismo mundial e o fenômeno da financeirização ainda é indispensável na hodiernidade dado a importância do debate sobre desenvolvimento econômico nacional nos países periféricos.

Diferentes propostas de superação do subdesenvolvimento são apresentadas e discutidas na sociedade, com todas precisando pensar tal tema abordando a posição que o país está na estrutura do capitalismo mundial, além dos determinantes da relação entre centro e periferia, sendo impossível ponderar sobre a possibilidade de um desenvolvimento autônomo da ordem econômica internacional.

Além disso, devido às suas contradições internas e suas tendências seculares (Wallerstein; Furtado, 2005), o capitalismo tem assumido formas que vêm gradativamente estrangulando as possibilidades de progresso da população pobre no planeta em prol do capital, e, por isso, estudar e identificar as influências da lógica do sistema na periferia se mostra, além de tudo, como uma forma de luta e empoderamento dos países do chamado sul global

2 PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CENTRO-PERIFERIA

2.1 CEPAL ORIGINÁRIA

A preocupação da ONU com o desenvolvimento no contexto da Guerra Fria propiciou para a América Latina, em 1948, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A CEPAL tornou-se terreno fértil para o desenvolvimento do estruturalismo latino-americano, tendo nos escritos "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais", de Raul Prebisch, de 1949, o núcleo de seu conteúdo. Nesse informe, Prebisch evidencia a desigualdade intrínseca entre os dois polos, o centro e a periferia, representada nas diferenças de renda e produção de bens. A relação entre o centro e a periferia implica dificuldades para superar as condições de subdesenvolvimento da América Latina, uma vez que a forma como a periferia se insere na economia internacional induz à persistência dessa condição com o passar dos anos.

Como apresentado no livro "O Estruturalismo Latino-americano" de Octavio Rodriguez, Prebisch explicita uma nova visão do subdesenvolvimento, demonstrando como tais economias não são apenas "atrasadas". O subdesenvolvimento deve ser visto como um modo de ser específico de certas economias e necessita ser teorizado como tal (Rodriguez, 2009, p. 80). A ideia de desenvolvimento econômico para o estruturalismo latino-americano conserva alguns dos pressupostos neoclássicos e keynesianos, ou seja, um processo de acumulação de capital ligado ao progresso técnico no qual se alcança o aumento do bem-estar material, da produtividade do trabalho e do nível médio de vida (Rodriguez, 2009, p. 80). No entanto, as ideias articuladas por Prebisch procuravam historicizar tais pressupostos ao mesmo tempo em que buscavam expressar como esse fenômeno se dá na realidade material do sistema capitalista mundial, com centro e periferia, não em escala nacional como se fossem trajetórias independentes.

Prebisch define o centro como as economias onde o progresso técnico penetra primeiro e de forma rápida e homogênea por todo o aparelho produtivo, enquanto na periferia as novas técnicas se difundem de forma mais lenta e atrasada e se concentram nos setores exportadores de produtos primários com destino ao

centro. Esse "desenvolvimento para fora" da periferia, como conceituado pelo economista argentino, induz à especialização e heterogeneidade de sua estrutura, dado que há apenas o desenvolvimento e uma alta produtividade na área de exportação de alimentos e matéria-prima, enquanto a demanda por bens industriais é suprida por importações. O centro, em oposição, mostra-se diverso e homogêneo.

O "desenvolvimento para dentro" das economias periféricas, isto é, a industrialização, é vinculado a acontecimentos na economia mundial e determinados contextos que permitem o fomento da produção industrial, como as duas grandes guerras e a grande depressão de 1929, que impediram a importação de manufaturados e diminuíram drasticamente a exportação de produtos primários, criando condições para a industrialização por substituição de importações. Desta forma, Octavio Rodriguez demonstra como o pensamento cepalino aponta a industrialização da periferia como um caminho obrigatório para seu desenvolvimento:

Quando o sistema econômico mundial adquire um determinado grau de desenvolvimento, ou seja, quando seus dois polos alcançam certos níveis de produtividade e renda médios, o livre movimento das forças econômicas impulsiona espontaneamente a expansão da indústria periférica (Rodriguez, 2009, p. 84).

Assim, a relação entre o centro e a periferia é marcada pelas desigualdades nas estruturas produtivas: a especialização e heterogeneidade se opõem à diversificação e homogeneidade. Essa condição tende a aumentar com o "desenvolvimento para dentro" da periferia, isto porque as atividades heterogêneas de baixa produtividade têm muita dificuldade em incorporar o progresso técnico produzido, dessa forma, o progresso é integrado de forma mais rápida no centro. Além disso, o próprio caráter especializado tem papel importante nesse aumento, dado que o padrão de industrialização das atividades de produção e exportação de commodities e bens primários trazem um ritmo de progresso técnico mais lento, dessa maneira, torna-se mais restrito as possibilidades de construir uma integração de toda a produção.

As atividades primárias de pouca geração de progresso técnico não conseguem absorver todo o grande contingente de força de trabalho de forma rápida, resultando em uma superabundância e em uma baixa produtividade. Enquanto isso, o centro antagoniza, com uma relativa escassez de mão de obra e uma produtividade alta de suas atividades industriais. Essa oposição dos polos

reflete na tendência à deterioração dos termos de troca, argumento muito evidenciado pelos teóricos da CEPAL ao explicar a desigualdade entre o centro e a periferia. Como salientado por Octavio Rodriguez, a diferença no ganho de produtividade entre bens primários e bens industriais devido à incorporação do progresso técnico não significa reduções proporcionais dos preços das mercadorias. O comportamento dos preços relativos das mercadorias do centro e periferia difere, com um acréscimo maior para os bens industriais, isso também é somado ao aumento de produtividade maior, causando uma disparidade entre os ganhos médios em cada polo (Rodriguez, p. 89 e 89, 2009).

A tendência ao desequilíbrio externo, problema estrutural da América Latina, também é destacada por Prebisch, apontando a influência da especialização em produtos primários que são comercializados com outros países enquanto são importados produtos do centro, necessários para a industrialização periférica. Essa importação supera as exportações, essa relação também tem a atuação da deterioração dos termos de troca, que desequilibra a balança de pagamentos, causando o desequilíbrio externo. A tendência ao déficit comercial somadas à diferenciação de ganhos médios e deterioração dos termos de troca impactam na capacidade de poupança da economia periférica, não conseguindo obter um bom ritmo de acumulação de capital, dessa forma, torna-se mais restrita a possibilidade para alterar a estrutura especializada e heterogênea, Octavio Rodríguez resalta o argumento central dos Cepalinos quanto à relação entre os dois pólos:

Embora se verifiquem mudanças estruturais significativas, a diferenciação, a desigualdade e o desequilíbrio expressos se reiteram ou reproduzem quando a evolução desse sistema fica ao sabor das forças do mercado ou, mais especificamente, quando a industrialização do pólo periférico se dá de maneira espontânea (Rodriguez, 2009, p. 92).

Dessa maneira, Prebisch e os teóricos da CEPAL sustentavam recomendações de uma política econômica e uma atuação estatal com fins de respaldar as possibilidades de transformações da periferia por meio da industrialização.

2.2. O ENFOQUE DA DEPENDÊNCIA

A partir da década de 1930 em diante, a industrialização na América Latina, por meio da substituição de importações e, em muitos países, com forte intervenção

estatal, tornou-se realidade. Entretanto, a expectativa de um desenvolvimento autônomo e auto sustentado, de base nacional, decorrente da produção industrial, foi perdendo força. Houve um aumento da produtividade do trabalho; no entanto, ela não foi acompanhada de uma intensa absorção da mão de obra, nem do aumento dos salários reais. Além disso, a integração entre os setores também não teve o resultado esperado (Rodriguez, 2009, p. 270).

É nesse período que nasce o chamado "enfoque da dependência", que explicita o não êxito das políticas deliberadas em alcançar o desenvolvimento autônomo. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no livro "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", de 1969, não redefinem o conteúdo básico do estruturalismo latino-americano. Os pontos elaborados por Prebisch são conservados e enriquecidos, evidenciando os incentivos causados pela conjuntura contemporânea para a industrialização. No entanto, FHC e Faletto salientam como essa industrialização está sujeita a condições impostas pela estrutura social e política de acordo com as situações de dependência.

Dessa forma, o foco deixa de ser apenas econômico e aponta também para um caráter político e sociológico. O "enfoque da dependência" preserva o argumento cepalino dos impulsos conjunturais para a industrialização e destaca a importância da estrutura social e especificidades do sistema de domínio e poder para o aumento da produção industrial e posterior perda do impulso para o desenvolvimento.

A interação entre os diferentes grupos das diferentes classes sociais em uma sociedade torna-se fundamental para entender as características do processo de industrialização decorrente. Assim, o comportamento político e as alianças entre os diferentes grupos para o domínio do processo político e econômico, e as oposições que se constituem, influenciam no processo de industrialização. Como salientado por Fernando Henrique Cardoso e Faletto, é "através do processo político [que] uma classe ou grupo tenta estabelecer [e] desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos" (Cardoso e Faletto apud Rodriguez, 2009, p. 271).

É importante frisar que essa estrutura de dominação existente, que incide na estrutura econômica e social, depende do processo e formação histórica, isto é, como no Brasil, onde houve um processo de dependência colonial e o posterior vínculo ao mercado mundial na expansão do capitalismo comercial. O país se posiciona na base da divisão Internacional do trabalho, como mercado consumidor dos bens manufaturados advindos da Revolução Industrial na Europa e exportador

de matéria-prima e commodities, tendo influência na formação dos grupos sociais internos que ditavam e obtinham privilégios nessas relações externas.

Esse subdesenvolvimento produzido na periferia constitui diferentes grupos sociais internos e relações de domínio que estruturalmente possuíam vinculação com o exterior. Cada forma histórica de dependência com os países centrais implicava nos acordos entre as classes que dominavam as posições de poder. Assim, essas alianças eram de caráter não estático, com o intuito de sustentar uma estrutura de poder que permita imprimir uma dinâmica social e dinâmica (Cardoso e Faletto apud Rodriguez, 2009, p. 273).

Como exemplo concreto, a industrialização por substituição de importação no Brasil se iniciou a partir da década de 1930 e contou com uma aliança complexa entre vários grupos sociais que substituíram o antigo sistema de poder baseado na aliança oligárquico-industrial. A conjuntura política interna da época é somada à conjuntura externa do período entre guerras e a grande depressão, que impulsionaram a produção industrial. Esse complexo acordo de poder foi constituído por setores médios, grupos latifundiários vinculados à produção para o mercado interno, massa urbana e grupos relacionados com o desenvolvimento industrial e comercial anterior, também, acrescidos de uma grande intervenção estatal com um caráter "populista-nacionalista", incorporando as grandes massas (Rodriguez, 2009, p. 295). Como salientado por Octávio Rodriguez:

O investimento é feito tanto na indústria básica como em indústrias de bens intermediários e de consumo durável — e pela ação de uma 'burguesia industrial', em grande medida não vinculada ao setor agroexportador (Rodriguez, 2009, p. 295).

Era claro as diferenças e os interesses políticos e econômicos contraditórios entre os setores conciliados. O projeto industrializante do governo Vargas era ambíguo. Com o avanço da industrialização e da conseqüente diferenciação social, essas contradições cresceram. Forças políticas, como o setor industrial, influenciado pelo capital estrangeiro, e setores agrários e financeiros, se opuseram ao grau de intervenção e planejamento do estado, limitando os esforços dos aparatos estatais para centralização e controle do desenvolvimento. Somados a isso, a substituição de importações encontrava dificuldades crescentes de acumulação e financiamento. A aliança desenvolvimentista brasileira atinge seu limite e precisa se reorganizar, passando a ser financiada pelo capital privado externo abundante que entra no país.

Dessa forma, FHC e Faletto demonstram, mesmo expondo os problemas conjunturais políticos e econômicos que causaram a crise do sistema de poder, como existe um problema estrutural no modelo de importação substitutiva latino-americano.

Dentro do marco social e político característico das sociedades latino-americanas, implica enormes necessidades de acumulação, mas ao mesmo tempo produz como resultado uma forte diferenciação social. As pressões para se obter uma participação dos diferentes setores, tanto dos incorporados como dos marginalizados, se mostram contraditórias com as formas de investimento pressupostas pelo tipo de desenvolvimento que se postula (Cardoso e Faletto apud Rodriguez, 2009, p. 302).

Assim, é importante evidenciar como esse modelo se baseia muito nas condições conjunturais externas e internas favoráveis para conseguir progredir, porém, esse desenvolvimento se torna inconsistente devido a esse problema estrutural básico formado no processo histórico do subdesenvolvimento. Qualquer inversão conjuntural expõe os problemas e contradições entre os interesses dos diferentes grupos nas alianças políticas formadas.

Como aludido no processo industrial brasileiro, gerada essa crise da industrialização substitutiva de base nacional, sustentada pelo Estado, as relações econômicas com o exterior se diferem, impactando, também, na diferenciação produtiva. O capital privado estrangeiro passa a ser fundamental para a garantia da industrialização, criando uma nova pauta de desenvolvimento baseado no capital externo, impulsionando novamente a acumulação e transformando a estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esses dois fatores impactam a estrutura de poder, com uma maior influência dos grupos monopolistas estrangeiros nas decisões internas, além de uma maior eficiência da indústria com um uso de tecnologias poupadoras de mão de obra (Rodriguez, 2009, p. 304-05).

Esse novo sistema de poder criado pelo avanço do capital estrangeiro e a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo intensifica a exclusão dos setores populares e implica no controle do aparato industrial interno pelos grupos estrangeiros, se alterando e agravando a relação de dependência existente, com as decisões de investimento sendo tomadas de acordo com o interesse do capital estrangeiro e os excedentes produzidos fugindo do país que os geram. O capital monopolista gera um caráter excludente, criando uma nova configuração entre a relação do centro com a periferia.

Dessa forma, é possível perceber uma transformação no pensamento

estruturalista latino-americano. Raul Prebisch e os teóricos Cepalinos introduzem o conceito da relação centro-periferia baseada na dicotomia entre produção industrial e produção de bens primários, expondo um problema estrutural do subdesenvolvimento periférico como a contraface do desenvolvimento do centro, relevando a necessidade da industrialização periférica dirigida e capitaneada pelo Estado como caminho obrigatório para uma transformação.

No entanto, mesmo com o avanço da produção industrial pautada pelos Estados, o desenvolvimento autônomo esbarra na falta de acumulação de capital e financiamento, tendo a necessidade de atualização de seus pressupostos pelos teóricos da dependência, que explicitam, com um viés mais sociológico, a importância do sistema de dominação e os grupos no poder, frutos da estrutura social e política produzida pelo subdesenvolvimento. Esse desenvolvimento de base nacional é substituído pela industrialização com financiamento de grupos estrangeiros, criando uma nova situação de dependência, dada a relevância dos interesses privados externos no desenvolvimento de cada país.

A percepção da distribuição desigual da riqueza mundial e o uso do capitalismo histórico como unidade de análise trazida pelo estruturalismo latino-americano e a falha do projeto de desenvolvimento sugerido pela teoria da dependência foram fontes para diversos autores, que trouxeram outras interpretações e também atualizações dos termos e conceitos destas.

2.3 A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO (EPSM)

Quem se propôs a entender o desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países do sistema capitalista foi a Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), que conservou a argumentação das relações entre o centro e periferia concebidas pela CEPAL. No entanto, para estes, essas relações não ligavam economias regionais ou nacionais, mas sim atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais (Arrighi, 1997, p. 140).

As atividades do centro, chamadas pela Análise dos Sistemas-Mundo de núcleo orgânico, são aquelas que controlam grande parte do excedente produzido dentro da cadeia de mercadorias e comandam as recompensas agregadas que englobam a maior parte dos ganhos provenientes da divisão internacional do trabalho. Em oposição, as atividades periféricas não controlam quase nada e

incorporam pouco desses benefícios (Arrighi, 1997, p. 140 e p. 162). Todos os países possuem ambas atividades em algum nível, com os países de núcleo-orgânico possuindo uma predominância de atividades de núcleo orgânico e, respectivamente, países periféricos com atividades periféricas.

Arrighi chama atenção para o fato de muitas dessas atividades não serem inerentemente de núcleo-orgânico ou periféricas, ou seja, essas atividades possuem essas características por um determinado tempo, podendo ser de núcleo orgânico e posteriormente passarem a ser periféricas. Isso ocorre porque, em diálogo com Schumpeter, Arrighi evidencia a importância das inovações orientadas para o lucro, como novos métodos de produção, novas mercadorias, novas formas de organização, novas fontes de suprimento e novas rotas de mercado e comércio, que estabelecem uma nova função de produção e, assim, alargam, aprofundam e reestruturam cadeias de mercadorias (Arrighi, 1997, p. 148). Essas atividades de núcleo orgânico, que sempre se atualizam devido ao aspecto inovativo, se agrupam em poucas empresas, denominadas por Arrighi como "capital do núcleo orgânico".

Os Estados do núcleo orgânico possuem uma capacidade muito maior de reter esse capital do núcleo orgânico dentro de seus limites. Como salientado por Arrighi, isso se dá devido ao controle exercido por estes sobre o acesso de todas as principais cadeias de mercadorias que assegurem uma remuneração mais vantajosa. Além disso, possuem uma infraestrutura de qualidade e os serviços necessários para as atividades centrais, além de terem a capacidade de promover um ambiente político propício para as empresas capitalistas (Arrighi, 1997, p. 156).

Esses fatores se opõem às características dos Estados periféricos, que possuem vantagens apenas em relação aos custos de sua localidade, dado que as remunerações e salários nessas regiões são menores. No entanto, os altos custos nos países de núcleo orgânico não são um obstáculo, e sim um incentivo ao fluxo contínuo de inovações necessário para a reprodução de seu status. Portanto, como apontado por Arrighi:

com o tempo, os Estados do núcleo orgânico e o capital do núcleo orgânico tendem a desenvolver uma relação simbiótica que aumenta a capacidade recíproca de consolidar e reproduzir sua associação a atividades mais típicas do núcleo orgânico. O inverso dessa tendência é a incapacidade endêmica dos países periféricos de fugir de sua associação a atividades predominantemente periféricas. (Arrighi, 1997, p. 157)

Caracterizando uma polarização estável entre as zonas periféricas e de

núcleo orgânico. Dentro disso, Immanuel Wallerstein, em seu livro “The Modern World System”, de 1974, introduz uma ideia fundamental: o de Estados em posições intermediárias no sistema capitalista. O extrato semi-periférico, que apresenta, de forma quase proporcional, atividades de núcleo orgânico e periféricas.

Tais Estados estão sujeitos à mesma tendência polarizante, porém, essa combinação proporcional permite resistir à periferização explorando suas vantagens de receita em relação aos periféricos e suas vantagens de custo em relação ao núcleo orgânico. Entretanto, eles não têm forças para superá-la completamente e chegar ao núcleo orgânico da economia mundo capitalista, se estabelecendo em uma posição intermediária. Estes, pertencentes dessa zona, conseguem exercer o poder para evitar o rebaixamento de sua combinação de atividades, mas não é o suficiente para promover sua melhoria. Arrighi salienta que, ainda assim, há a possibilidade de Estados, de forma individual, se moverem entre essas três zonas, melhorando suas combinações entre atividades de núcleo orgânico e periféricas. Essas transições são consideradas um mecanismo chave de reprodução das três zonas separadas da economia capitalista, gerando uma esperança de progresso entre os países no sistema.

Porém, Wallerstein evidencia que mesmo com o fato de países específicos mudarem sua posição de semiperiferia para núcleo orgânico, ou vice-versa, isso não muda a natureza do sistema, pois os Estados não podem chegar juntos ao núcleo-orgânico, já que o funcionamento do sistema necessita de regiões desiguais (Wallerstein apud Arrighi, 1997, p. 141). Dessa forma, assim como no estruturalismo latino-americano, a Análise dos Sistemas-Mundo aponta para um problema estrutural e não conjuntural, "a importância relativa de cada estrato ou grupo de Estados permanece mais ou menos constante ao longo da história da economia capitalista mundial" (Hopkins e Wallerstein apud Arrighi, 1997, p. 141).

Diante disso, Arrighi suscita a crítica à ideia datada de dicotomia entre as atividades industriais e atividades primárias, que caracterizavam, respectivamente, os países do centro e da periferia, introduzida pelos teóricos da CEPAL, salientando que, no período de criação dos termos por Prebisch, havia, de fato, essa convergência entre atividades industriais e desenvolvimento. No entanto, em termos de industrialização, a distância entre os países de diferentes polos tem diminuído; a semiperiferia não apenas alcançou como ultrapassou o núcleo orgânico em termos de produção industrial. Entretanto, essa industrialização não foi acompanhada por

um desenvolvimento desses países.

Como já mencionado, Arrighi aponta para um caráter mutável das atividades industriais. Assim, essas atividades estavam sendo “periferizadas”, perdendo seu status de núcleo orgânico. Nessa estrutura, “a industrialização da semiperiferia e da periferia foi, em última análise, um canal, não de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial” (Arrighi, 1997, p. 186).

Como exposto por Arrighi em um de seus últimos artigos “Globalização e desenvolvimento desigual”, publicado na Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, em 2007, os países do centro se desenvolveram devido à sua posição inicial, monopolizadora e não concorrencial. Havia a ideia nos países do terceiro mundo de que “políticas e ações produzem resultados desenvolvimentistas similares, independentemente de quantos países as adotarem” (Arrighi, 2007, p. 03). No entanto, Arrighi demonstra, concretamente, como a convergência industrial não estava sendo acompanhada da convergência de renda.

Como já evidenciado, Arrighi, trazendo o argumento de Schumpeter, explica como os super lucros vêm da inovação e da capacidade de criar novas tecnologias. Assim, a industrialização passou a ser reproduzida na periferia e incentivada pelos países do núcleo orgânico, que diminuiriam seus custos com mão de obra e produção e continuariam acumulando excedentes. Os países semiperiféricos apenas executariam, enquanto o centro controlaria toda a cadeia e ficaria com a maior parte dos lucros. Como posto pelo autor:

Enquanto relativamente poucos países (ou países que representassem uma pequena proporção da população mundial) tinham conseguido a industrialização, os benefícios econômicos da industrialização eram positivos e significativos. Mas quando um número cada vez maior de países (ou países que representassem uma parcela crescente da população mundial) se industrializaram, na tentativa de aumentar sua riqueza nacional, a concorrência na aquisição de insumos industriais e na venda dos produtos industriais nos mercados mundiais se intensificou, os benefícios da industrialização diminuíram drasticamente. (Arrighi, p. 06, 2007)

Assim, a indústria se “semiperiferizou” e tornou-se rotineira; as indústrias transferiram-se para a periferia justamente devido aos salários mais baixos, e a industrialização, então, não subverteu o sistema hierárquico, mas sim o fortaleceu. Arrighi enfatiza a hipótese de que essa semiperiferização ocorreu devido à crescente importância das corporações transnacionais que integram verticalmente suas atividades econômicas desenvolvidas em diferentes países. Dessa forma, as atividades de núcleo orgânico passaram a ser os gastos de pesquisa e

desenvolvimento, as tomadas de decisões estratégicas, o controle e administração dessas empresas, atividades mais cerebrais que estavam presentes predominantemente no núcleo orgânico, em oposição à periferia e semiperiferia, que passou a ter predominantemente as atividades industriais, musculares e nervosas. (Arrighi, 1997, p. 187)

Portanto, os teóricos da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) reforçam o argumento dos estruturalistas latinoamericanos sobre as tendências polarizadoras e a divisão entre o centro (núcleo orgânico) e a periferia. No entanto, adicionam a camada semiperiférica em sua análise, apresentando a importância de entender por que um determinado grupo de países possui mais condições do que os mais pobres, mas não possui forças para alcançar os mais ricos. Esses países desempenham um papel crucial para a estabilidade e reprodução do sistema, servindo como amortecedor e zona de transição entre a periferia e o núcleo orgânico, criando uma falsa esperança de mobilidade para os países da periferia dentro da divisão internacional do trabalho. Dessa forma, reforçam a legitimidade da economia-mundo capitalista, sendo parte constituinte do seu funcionamento.

Dessa maneira, é possível perceber como a ideia central das diferentes perspectivas aqui supracitadas é similar, salientando o problema estrutural do capitalismo histórico que expõe o subdesenvolvimento como contraparte do desenvolvimento. A industrialização foi alcançada pelos países periféricos; no entanto, como salientado, o desenvolvimento não o acompanhou. Como explicação, a EPSM aponta para o caráter mutável das atividades industriais e a importância da inovação liderada pelas empresas do "capital do núcleo orgânico", com constantes atualizações das atividades de núcleo orgânico e periféricas. Os teóricos da dependência também se preocupam com o assunto, atualizando os termos introduzidos pela CEPAL ao evidenciar o caráter de dependência sempre presente no processo de subdesenvolvimento, com a formação de diferentes classes e grupos sociais que interagem e lutam para garantir a consecução de seus objetivos no processo acumulativo. Essas contradições internas, fruto do processo estrutural de subdesenvolvimento, implicam na crise de financiamento e acumulação para uma industrialização autônoma da periferia.

É dessa forma que os recursos externos aparecem; os países periféricos passam a receber grandes fluxos monetários por meio do Investimento Externo Direto com a finalidade de financiar sua industrialização. Até então, o investimento

por meio do endividamento externo para a industrialização era incentivado e gerenciado sem crises pela periferia. Em um contexto de integração produtiva periférica, o endividamento financiou a industrialização, com investimentos em infraestrutura, indústria e outros setores-chave. Porém, criou-se uma nova dependência em relação ao exterior; essa dependência foi escancarada com o fenômeno da financeirização a partir da década de 1970, com a explosão da dívida externa e o surgimento de uma classe de rentistas que deixam a periferia refém de seus feitos, dilatando o problema estrutural da tendência ao déficit externo. O capital meramente especulativo e fictício passou a fazer parte do capital do núcleo orgânico.

3 O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO

Com a falha do projeto de desenvolvimento autônomo por meio das substituições de importação na América Latina, os teóricos estruturalistas necessitaram revisar seus conceitos, atualizando e trazendo novas problemáticas, como no enfoque da dependência, evidenciado na seção 2.2. O capital privado estrangeiro, por meio do investimento externo direto (IED), passou a ser fundamental para a industrialização nos países da periferia. Essa nova caracterização foi incentivada pela estrutura econômica, social e política interna de cada país e também por novas forças de transformação do capitalismo contemporâneo, ambos sendo frutos do processo histórico de desenvolvimento e subdesenvolvimento do sistema.

Nesse contexto, Celso Furtado, em seu livro "O Brasil Pós-‘Milagre’", evidencia, a partir dos anos 70, o aumento do processo de integração dos mercados nos países capitalistas, sob a tutela política e militar dos Estados Unidos. Isso permitiu a concentração e intensificação do poder econômico, com uma autoridade crescente das empresas transnacionais no que diz respeito a atividades e decisões econômicas, que foram se internacionalizando, em oposição aos Estados nacionais, que diminuiriam suas capacidades de coordená-las. As empresas passaram a definir onde estabelecer cada atividade produtiva, tirando a autonomia dos países (Furtado, 1981, p. 98).

Furtado expõe os problemas dessa autonomia de decisão das empresas, salientando como diversas atividades econômicas podem ser abandonadas em benefício dessas empresas, que otimizam sua racionalidade, não levando em conta os possíveis efeitos negativos sociais, como o nível de emprego da população de uma determinada nação, caracterizando a situação de dependência ao capital externo (Furtado, 1981, p. 100).

É nessa conjuntura que o crescimento da autonomia da dimensão financeira aparece. O sistema de Bretton Woods entra em crise, e o dólar internacional deixa de ser lastreado em reservas de ouro. A estabilidade monetária é implodida pelas consequências das duas crises do petróleo geradas pelos aumentos do preço do petróleo pelos membros da OPEP, que inflaram o mercado de eurodólares - o excedente monetário gerado pelos países da OPEP foi para contas de bancos privados europeus que possuíam, agora, uma grande oferta monetária. Esses fatores permitiram uma desregulamentação e flexibilização maior do capital externo, abrindo caminho para o sistema de câmbio flutuante que conhecemos hoje,

iniciando uma nova era de flexibilização das finanças e um novo funcionamento do sistema capitalista mundial.

A desregulamentação financeira, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, desencadeou uma onda de inovações financeiras, como a criação de mercados de derivativos e a proliferação de instituições financeiras não bancárias. As fronteiras entre bancos comerciais e de investimento começaram a se dissipar, permitindo que as instituições financeiras atuassem em uma ampla variedade de atividades, incluindo comércio de títulos, empréstimos e investimentos em escala global.

3.1 CHESNAIS E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O fenômeno da financeirização do capitalismo estimulou novos argumentos. Um proeminente estudo sobre o fenômeno da financeirização a partir da década de 1970 vem do economista marxista francês François Chesnais, que, em 1996, lançou o livro "A Mundialização do Capital", expondo sobre uma nova configuração do capitalismo mundial e de seus mecanismos. Chesnais aponta para o fim do período fordista, que veio após a Segunda Guerra Mundial e terminou no final da década de 1970, e a subsequente fase da mundialização do capital, em 1980.

Essa acumulação de capital se deu por novas formas de centralização do capital financeiro, com fundos mútuos e fundos de pensão e a alta rentabilidade aliada à liquidez. A esfera financeira passou a comandar cada vez mais a destinação social e a repartição da riqueza criada na produção (Chesnais, 1996, p. 15).

Chesnais salienta dois mecanismos importantes dessa nova dinâmica das finanças. O primeiro é a formação de "capital fictício" pela inflação do valor dos ativos. A segunda é a transferência efetiva de riqueza para a esfera financeira, que se dá por meio do serviço da dívida pública e suas políticas monetárias, com o aparecimento de uma nova classe rentista, que vive apenas às custas dos juros e dividendos ganhos pelo mantimento de ativos da dívida pública. Esse grande endividamento dos Estados os obriga a agir conforme as pautas dos mercados, em favor dos privilégios do capital monetário.

Com o fim do sistema de Bretton-Woods e do padrão dólar-ouro, todas as moedas passaram a se confundir entre os ativos financeiros nos mercados de câmbio, com a valorização por meio de sua circulação, sem uma ancoragem efetiva.

Chesnais também evidencia como a formação do mercado de eurodólares representou bem o *primeiro elo no nascimento dos todo-poderosos mercados financeiros de hoje (...)* e a *degradação da rentabilidade do capital comprometido na produção* (Chesnais, 1996, p. 250-251). Os euromercados, e suas praças offshores, longe de regulação de qualquer banco central, internacionalizaram a economia do endividamento e o poder opressivo do capital rentista, dando possibilidades para os capitais industriais buscarem outras formas de valorização puramente financeiras.

Chesnais aponta as medidas tomadas pelo Federal Reserve, o banco central dos EUA, em 1980, como a segunda etapa da mundialização do capital e a expansão da dominação dos mercados financeiros, com o fim do controle dos movimentos de capitais em relação ao exterior, se aliando ao capital monetário concentrado, com o controle do nível de taxas de juros passando dos bancos centrais para operadores mais poderosos do mercado, e, com diversos Estados capitalistas retirando controles e restrições com a finalidade de se mostrarem mais atrativos.

Assim, a esfera financeira e a preferência pela liquidez a curto prazo passou a influenciar o comportamento e as decisões de investimento das grandes empresas. Chesnais expõe como a ascensão do capital financeiro foi acompanhada pelo ressurgimento de formas agressivas de procurar aumentar a produtividade do trabalho, se apropriando da mais-valia, com a máxima intensidade do trabalho e rendimento de uma mão de obra, sem nenhuma preocupação com as consequências no nível de emprego (Chesnais, 1996, p. 17).

Os grandes grupos oligopolistas passaram a adotar condutas e um enfoque globais em suas estratégias, com decisões financeiras cada vez mais internacionalizadas e, devido à integração dos mercados e suas desregulamentações, cada vez mais voláteis, onde em pouco tempo decidiam se um lugar era financeiramente atraente ou não e se participaria da órbita da mundialização financeira. Como evidenciado por Chesnais:

As operações feitas com finalidade lucrativa, para “frutificar” um capital, são por definição, sem que seja uma tautologia, “seletivas”. Não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente parte dele, mesmo que suas operações sejam poluidoras a nível mundial, no plano da ecologia como em outros. (Chesnais, 1996, p. 18)

O capital possui total liberdade para escolher quais países e camadas sociais são interessantes para ele, mesmo que as consequências e sua influência sejam de

uma totalidade sistêmica. A esfera financeira passou a ser o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingiram o mais alto grau de mobilidade e, também, onde ficaram mais gritantes as diferenças entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais. A globalização financeira fez com que o capital possuísse uma capacidade de valorização autônoma jamais vista antes, erguendo-se como uma força independente perante os Estados e grupos sociais despossuídos, que arcam com o peso das exigências dos mercados (Chesnais, 1996, p. 239).

Assim, com a liberalização e desregulamentação do comércio e do movimento do capital na década de 1980, houve uma completa integração dos mercados nacionais dentro dos mercados mundiais, com uma dominação do primeiro pelo segundo e a abertura de diferentes tipos de mercado, como o de câmbio, de créditos, de ações, etc., aumentando exponencialmente os volumes de transações. Esses mercados financeiros ganharam uma dinâmica própria, um grau de autonomia em relação às atividades produtivas, com um aumento exponencial da defasagem em relação à acumulação de ativos financeiros e à formação de capital fixo.

Chesnais aponta o crescimento da conexão entre as dimensões produtivas e financeiras, com um grande aumento da importância das operações puramente financeiras pelas grandes corporações industriais. Hoje em dia, essa conexão representa um elemento inerente ao funcionamento dos grandes grupos, sem haver uma separação entre as operações ligadas à valorização do capital produtivo e dos lucros de tipo puramente financeiros, possuindo, assim, um duplo caráter. Essa interpenetração, iniciada nos EUA, entre indústria e finanças evidencia uma antagonização entre as ações financeiras e as necessidades do capital produtivo e condições de vida dos assalariados.

Os capitais da esfera financeira nascem no setor produtivo, alimentando-se dessa riqueza criada pelo investimento e, posteriormente, são transferidos, participando de um circuito fechado nessa esfera, com vários processos de valorização que inflam o montante dos ativos financeiros. Esse capital financeiro não cria nada de novo e vive às custas da criação de riqueza. Um capital monetário parasitário que busca rendimentos financeiros que sejam, ao mesmo tempo, elevados e com liquidez a curto prazo. Chesnais relembra a forma mais fetichizada

da relação capitalista demonstrada por Marx, a forma D-D', onde não há o M pois não existe um investimento produtivo; o dinheiro gera mais dinheiro por si próprio.

Os grupos industriais avançaram na área tradicional dos bancos. Isso se deu por meio de fusões e aquisições e a criação de bancos de empresa, com a finalidade de caracterizar a atividade financeira como atividade estratégica e centro de lucro, dotando o grupo de um instrumento para gerenciar seu caixa, financiar sua expansão e também fazendo dos serviços financeiros um eixo de diversificação (Chesnais, 1996, p. 285-86). Nesse contexto, Chesnais salienta o termo “capital financeiro” no sentido cunhado por Hilferding, que trata da estreita imbricação entre os grandes bancos e a grande indústria, concentrando poder nacional e internacionalmente e aumentando o poder de monopólio.

Dentro disso, a década de 1970 é evidenciada por Chesnais como uma passagem de uma fase de bom funcionamento, da regulação fordista, de um regime internacional relativamente estável para um começo de crise do próprio sistema de regulação, que derrubou os elementos constitutivos do fordismo. Essa desregulamentação teve influência da internacionalização do capital monetário e produtivo, por meio do crescimento das IEDs no período, com o capital se libertando de todas as suas regulações. O sistema passou a confiar completamente aos mercados o destino da moeda e das finanças. O capital monetário tornou-se uma força quase incontrolável em oposição à capacidade reduzida de intervenção e imposição pelos Estados.

Dessa forma, Chesnais explicita como a conjuntura particular da década de 90, com uma recessão dos países da OCDE, pouco crescimento do PIB em diversos países do globo, desinflação dos produtos primários, elevado desemprego estrutural, aumento da desigualdade de renda global, marginalização de regiões inteiras do globo em relação ao comércio internacional e diversos choques monetários financeiros devido à globalização financeira, evidenciam as modificações nas relações entre capital e trabalho e também entre capital produtivo e financeiro, apontando para uma depressão econômica longa, com claras tendências estagnacionistas. A mundialização do capital exerceu, de modo estrutural, um efeito depressivo sobre a acumulação. O Estado perdeu força para o capital. Hodiernamente,

a mobilidade do capital permite que as empresas obriguem os países a alinharem suas legislações trabalhistas e de proteção social àquelas do

Estado onde forem mais favoráveis a elas (isto é, onde a proteção for mais fraca). Essa mobilidade tende necessariamente a limitar a eficácia de medidas como a redução do tempo de trabalho, se não puderem ser impostas às empresas do por toda parte - ou, pelo menos, nos principais países - onde estas sejam suscetíveis de se localizarem. (Chesnais, 1996, p. 306)

A integração dos mercados em um mercado mundial e a liberalização do comércio deram forças às grandes corporações e suas economias de escala, que adquiriram empresas menores em outras fronteiras, ganhando parcelas de mercado.

Chesnais aponta para os abalos financeiros recorrentes, evidenciando que quando a esfera financeira deixa de ser alimentada pela esfera produtiva, como ela não produz nada de novo, as tensões dentro do circuito fechado se intensificam e, assim, se aproximam crises financeiras. Por isso, o mercado possui uma sensibilidade extrema quanto a qualquer mudança de conjuntura, dado que isso pode impactar nos volumes de transações. Devido à alta volatilidade e mobilidade do capital, uma crise financeira pode arrasar em pouco tempo a esfera da economia criadora de valor e de riqueza (Chesnais, 1996, p. 311).

Dessa forma, Chesnais explicita como os fundamentos do modo de desenvolvimento do capitalismo monopolista contemporâneo estabeleceram os seus limites sociais, políticos e geográficos. A mundialização do capital é seletiva, sendo bastante circunscrita geograficamente. O desenvolvimento não chegou a todas as partes do globo e não é mais almejado devido à impossibilidade de extensão para todo o planeta dos modos de produção e consumo atuais dos países avançados. Chesnais compreende que a saída para um novo modo de desenvolvimento estável e com regulações só seria possível nos países mais avançados e desenvolvidos.

Dessa maneira, Chesnais aponta para um caminho à barbárie da sociedade mundial, com o sistema se fechando sobre si mesmo e um dualismo entre quem se desenvolveu e quem não se desenvolveu, um cenário de "cada um por si", com cada região, cidade ou país se escorando sobre suas vantagens comparativas e posições já adquiridas. As formas assumidas pela mundialização do capital deixam pouca margem de manobra para soluções reformistas (Chesnais, 1996, p. 319).

3.2 ESCOLA DE CAMPINAS E A FINANCEIRIZAÇÃO COMO MODO DE SER

A Escola de Campinas surge da necessidade de atualizar antigas teorias estruturalistas, desenvolvendo seu pensamento a partir da crítica à CEPAL e suas políticas econômicas datadas. O professor José Carlos de Souza Braga, um dos expoentes da Escola de Campinas, em sua tese de doutoramento "Temporalidade da Riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo", destaca a importância de compreender a dinâmica econômica capitalista e os movimentos do sistema. Isso se opõe à ideia de uma economia estática defendida por economistas políticos clássicos, como Smith, Ricardo e Marshall, que lidavam com modelos, analogias mecânicas e elementos do sistema econômico com um alto nível de abstração, todos no mesmo ponto do tempo.

Braga evidencia o poder de mutação da riqueza pela temporalidade lógico-histórica, explicitando a instabilidade como força motriz do sistema capitalista.

a economia monetária e empresarial torna intrínsecas, ao cálculo capitalista, a incerteza e as expectativas. Assim, não se pode predeterminar modalidades, comportamentos de cálculo e projetá-los mecanicamente no eixo temporal (cronológico) e obter uma trajetória qualquer cíclica, por exemplo, que será admitida como a representação da dinâmica, dados os pressupostos naquele tempo inicial. No processo, as expectativas alteram o cálculo dos agentes, que redefinem suas decisões financeiras e produtivas e com isso restabelecem o tempo de valorização de seus ativos de distintos tipos. Isto é, fica inviabilizada a representação mecânica do movimento econômico-financeiro, uma vez que os agentes permanentemente reavaliam o passado e perscrutam o futuro. (Braga, 2000, p. 42)

Dessa forma, a obtenção da riqueza privada em uma economia monetária desencadeia flutuações abruptas e significativas em seus agregados, como renda, investimento, nível de preços e emprego. Com essa nova caracterização do capitalismo como uma economia monetária-financeira, com decisões descentralizadas e competitivas, em que o objetivo passa a ser a valorização dos capitais e não mais a produção para o consumo, Braga explicita a teoria da instabilidade estrutural, evidenciando a economia contemporânea como estruturalmente instável (Braga, 2000, p. 198). Essas instabilidades podem inclusive desmantelar a ordem em períodos específicos, gerando desafios para a expansão contínua.

Dentro do sistema capitalista contemporâneo, Braga aponta a importância de se compreender o capital e suas múltiplas formas. Ou seja, o capital passou a atuar em diversas frentes, movendo-se entre o conjunto de mercadorias, os ativos financeiros e o dinheiro, ampliando as possibilidades de valorização, podendo essa valorização ser fictícia, não tendo um parâmetro produtivo (Braga, 2000, p. 200).

O capital, por meio de grandes corporações capitalistas, passou a controlar financeiramente diferentes mercadorias, mercados e também outros capitais, centralizando-se e concentrando-se. Essa concentração foi estimulada pela concorrência entre os capitais, que disputam entre si e se organizam para procurar oportunidades de lucratividade, seja em seus setores originários de atuação ou não. Braga expõe a oligopolização da estrutura produtiva, com poucas corporações acumulando lucros e disputando participação em cada mercado.

esta dinâmica competitiva vai produzindo em cada mercado/indústria uma concentração de capital (intensificação da relação capital/produto, subida da participação no mercado) e uma centralização de capital (aglutinação de capitais via fusões e aquisições) que configuram uma estrutura oligopolizada que é o contrário de uma estrutura de livre concorrência. Dessa estrutura, só podem participar, diversificada e rentavelmente, as empresas que comandam grandes magnitudes de capital, ao mesmo tempo em que o impulso por ampliar a acumulação interna de lucros é o motor da oligopolização crescente (Braga, 2000, p. 204)

Dessa forma, a acumulação dos lucros gerados pela oligopolização em cada mercado industrial permite a circulação e valorização desse capital das empresas em outros mercados, via mercado monetário, de crédito ou de capitais, saindo do seu local originário de acumulação. Assim, a concorrência deixa de ser apenas do tipo interindustrial e passa também a ser intra-industrial, com as grandes corporações sendo multi industriais, competindo em diversos mercados com diferentes produtos.

É dessa maneira que Braga salienta a existência de uma mesoestrutura, com os capitais centralizados sendo móveis, flexíveis e universais, disputando em diferentes espaços, produzindo distintas mercadorias e atuando em várias órbitas simultaneamente, seja comercial, na produção ou nas finanças. Essa mesoestrutura é o espaço de embate entre as corporações.

A mesoestrutura corresponde ao nível superior em que se dá a concorrência entre as corporações em diferentes mercados ao mesmo tempo. Assim, a mesoestrutura é concretamente formada pelas corporações mais as formas de mercado em que elas atuam (Braga, 2000, p. 209).

Esse capital centralizador é o verdadeiro locus das decisões estratégicas das corporações, ganhando essa capacitação técnico-financeira, deslocando-se por diferentes estruturas de mercado a fim de maximizar sua valorização, seja na forma de lucro ou também na forma de juros. Braga explicita como a centralização promove o comando do mecanismo de crédito pelas grandes corporações, conectando-se com grandes bancos, além de novas instituições financeiras, como seguradoras, fundos de investimento e fundos de pensão. Dessa maneira, as grandes corporações possuem um centro de decisão financeiro que comandam e controlam de forma unificada suas atividades produtivas, comerciais e financeiras pelo globo com o objetivo de buscar a maior taxa de lucro possível.

Assim, as buscas pelas maiores taxas dos lucros gerais pelas grandes corporações envolvem decisões baseadas nos investimentos em produção e também na obtenção da capitalização financeira, que ganhou importância na formação da riqueza privada no capitalismo contemporâneo, explicitando como a riqueza tem ganhado uma crescente dimensão simbólica, implicada nos ativos financeiros, possuindo, até, um caráter de riqueza virtual.

Essa capitalização financeira é formada por juros, dividendos, amortizações de empréstimos. Parte dessa capitalização possui respaldo nas atividades produtivas, ancoradas nos lucros operacionais. No entanto, outra parte é apenas uma riqueza fictícia, isto é, parcelas de operações especulativas que geram ganhos de capital e de arbitragem, uma riqueza virtual, lucros financeiros sem nenhum lastro, que não são garantidos por lucros produtivos, e sim por valorizações futuras de ativos. Isso aparece como mera valorização contábil de acordo com o que o mercado estima, podendo ser juros, dividendos e capitalização em operações acionárias, monetárias, de câmbio, imobiliárias etc.

Os ganhos gerais esperados pelas grandes corporações incluem, então, um cálculo baseado nas rendas agregadas, como os lucros da produção, força de trabalho, alocação de capital-dinheiro na compra de ativos fixos, matérias-primas, e também na capitalização financeira, com uma grande parcela desta sendo riqueza fictícia. Como salientado por Braga,

a hipótese conseqüentemente é que as decisões e práticas capitalistas criam, a cada momento, em simultâneo, um processo renda e um processo de capitalização financeira. Isto que parece logicamente insustentável, uma vez que no momento seguinte não existiriam lucros produtivos para sancionar a riqueza fictícia, vem sendo viabilizado pelas formas privadas e

públicas de gestão da riqueza, o que significa conferir realidade à forma mais geral e mais absurda do capital, o capital dinheiro-fictício (Braga, 2000, p. 227).

Dessa forma, essa circulação de riqueza virtual é legitimada pela atuação de instituições financeiras, o poder monetário das próprias corporações, além das autoridades monetárias, tornando-se um elemento estrutural do capitalismo contemporâneo, ganhando importância ao longo do desenvolvimento do capital no século XX, que se põe, simultaneamente, como ativo operacional e ativo monetário-financeiro, possibilitando se auto multiplicar, sem mediação produtiva (Braga, 2000, p. 227-28).

Braga, desse modo, demonstra como a instabilidade do sistema capitalista é um fator de sua natureza, endógeno, expondo as possibilidades de expansão até a crise que podem ser geradas pela circulação financeiro-monetária, mesmo sem ter um determinante no sistema produtivo. Uma vez que a riqueza abstrata se torna mais um elemento para o cálculo capitalista, dependente de decisões competitivas e descentralizadas e de suas respectivas flutuações, podendo causar desilusões.

Essa instabilidade é mais aprofundada com a compreensão da tendência econômica no capitalismo contemporâneo como algo mais complexo do que uma simples curva de crescimento exponencial, salientando a necessidade de se entender as flutuações cíclicas e sua interdependência com o longo prazo.

O progresso técnico tem um papel fundamental nessa relação e nas tendências econômicas, afetando a equação de investimento de longo prazo, criando uma tendência de crescimento econômico ou, na ausência de inovações, uma tendência à estagnação. Isto é, a taxa de lucro sobre o novo investimento depende do aumento de produtividade resultante das inovações, portanto, quanto maior o aumento de produtividade, maior será a taxa de lucro, isso influencia as decisões de investimento das empresas. Se as empresas antecipam uma taxa de lucro maior devido às inovações, elas investirão mais, criando um ciclo de crescimento econômico. Por outro lado, se o progresso técnico for limitado e a taxa de lucro não aumentar, as corporações investirão menos, levando a flutuações recessivas e, possivelmente, à estagnação econômica. Por isso, a tendência econômica pode ser tanto de crescimento quanto de estagnação, dependendo das circunstâncias e do progresso técnico.

Desse modo, Braga evidencia a necessidade de se repensar o conceito de tendência do capitalismo contemporâneo, introduzindo a ideia de antinomia da

tendência, isto é, para a teoria econômica clássica, a economia capitalista sempre tende a crescer de forma constante e qualquer problema não passa de uma fase do ciclo que desaparecerá no longo prazo. Porém, essa tendência pode ser interrompida por flutuações, estagnação ou mesmo crises de reprodução ampliada. Isso significa que a economia não segue necessariamente um caminho linear de crescimento, mas está sujeita a interrupções imprevistas. Pode existir uma tendência ao crescimento, mas também pode haver uma tendência à estagnação. A antinomia é uma contradição da própria dinâmica capitalista, decorrendo de suas propriedades internas e instabilidades estruturais (Braga, 2000, p. 262).

Dentro disso, Braga compreende esse movimento sistêmico do capitalismo sob a dominância financeira, dado que, na contemporaneidade, esse é o padrão sistêmico de riqueza (Braga, 2000, p. 270), com a valorização exponencial de ativos financeiros, mesmo sem ancoragem produtiva, salientando as características deste fenômeno da lógica financeira nos seus momentos expansivos e momentos instáveis.

É importante evidenciar que, para os teóricos da Escola de Campinas, essas expansões financeiras não são meras repetições do que já ocorreu em outros momentos do capitalismo. É necessário entender como o capital financeiro se apresenta neste seu novo formato e quais seus desdobramentos dinâmicos, não é apenas uma atualização de seu conceito, como citado por Arrighi e a EPSM, como veremos em seguida, deve-se compreender o modo de ser da riqueza contemporânea, expressa nos ativos financeiros (Braga, 2000, p. 271-72).

Esse padrão de riqueza se dá por uma nova interação entre moeda, crédito e patrimônio no plano nacional, com a integração entre mercados de créditos e capitais, e a ascensão de títulos de dívida e moedas conversíveis sendo gestados por bancos, governos, corretoras e corporações industriais. Esse processo é institucionalizado nos Estados Unidos, sendo parte da condução de suas políticas hegemônicas, como exposto por Braga:

Nos Estados Unidos se cristaliza um sistema monetário e de financiamento, calcado mais nos ativos financeiros do que na moeda e nas reservas bancárias, proeminente na valorização financeira e patrimonial, e desde o qual se põem, pelo banco central americano, as condições para que o dólar seja o dinheiro da financeirização global. Esse é o paradigma que o país hegemônico vem condicionando ao mundo e que, aliado a pressões internas a outras economias, tem-se imposto, em maior ou menor medida, no processo de liberalização financeira e desregulamentação mundial (Braga, 2000, p. 273)

Dessa forma, no plano internacional, o padrão de riqueza se expressa na integração mundial do mercado de capitais, composto por ações e títulos financeiros, com uma combinação entre o regime de taxas flexíveis de câmbio, taxa de juros e capitalização em bolsa de valores como fatores de variação das rentabilidades dos ativos financeiros e valores patrimoniais, tendo o dólar como moeda hegemônica, configurando-se como um padrão de riqueza difundido internacionalmente (Braga, 2000, p. 273).

Essas operações monetário-financeiras e patrimoniais ocorrem na denominada por Braga macroestrutura financeira, com diversos agentes, como bancos centrais, bancos privados, organizações financeiras e grandes corporações, alocando a liquidez internacional. Dentro disso, esses ativos financeiros funcionam como quase-moeda, combinando liquidez com rentabilidade. Braga salienta como o capital financeiro é a soma da sua forma juro, ele como mercadoria plena e ativo estratégico, funcionando como quase-moeda, e a forma lucro, proveniente dos ganhos operacionais. O monopólio do crédito e do sistema de pagamentos pelo sistema bancário deixa de existir, dado que os pagamentos podem ser feitos por ativos financeiros como quase-moeda, os quais são operados com um controle muito menos eficaz de fiscalização pelas autoridades monetárias. O crédito também tem sido levado para o âmbito da macroestrutura financeira, com as poupanças familiares e empresariais e dívidas públicas e privadas estando disponíveis para livre e ampla alocação (Braga, 2000, p. 279).

Dessa forma, Braga descreve como essa riqueza fictícia se torna um "estrato superior" de riqueza sobre os outros valores. A especulação se tornou sistêmica e não é mais uma fase de um ciclo. A riqueza financeira passa a fazer parte do movimento estrutural do capitalismo, sustentando patamares de valorização em níveis estratosféricos em relação à riqueza real.

O que assistimos é a institucionalização do rentismo, no sentido de que parece responder a necessidades sociais básicas (urdidas pelo dinheiro como capital), identificável em códigos de conduta, com caráter de relativa permanência. Este imperativo se manifesta nas finanças das famílias(até porque seus rendimentos provenientes do trabalho vêm sofrendo limitações), nas finanças empresariais, na rentabilidade dos financistas e nas finanças do Estado. (Braga, 2000, p.280)

Os investimentos e decisões capitalistas não estavam mais atados a contratos e títulos rígidos com a mesma rentabilidade e retornos, sendo possível

reverter. A flexibilidade e mobilidade das formas de riqueza aumentaram. Dessa forma, Braga explicita os dois processos de valorização do padrão de riqueza, o Processo de Renda, formado por salários e lucros, e o Processo de Capitalização Financeira, formado pelos juros, dividendos e a riqueza do “estrato superior” constituída pelos diferentes rendimentos fictícios advindos dos ativos financeiros, ambos os processos são manejados de forma simultânea pelas grandes corporações (Braga, 2000, p. 285 e 290).

Essa riqueza fictícia tem se dissociado, por longos períodos, da riqueza produtiva. As ações têm valorizado em níveis muito maiores que os lucros operacionais, logo, os investimentos produtivos ficam condicionados à especulação e à dinâmica entre a moeda, o crédito e o patrimônio. Braga expõe como as políticas monetárias dos bancos centrais passaram a atuar orientadas ao mercado, evidenciando o poder crescente do mercado gerado pelo movimento geral do capital, que induz o dinheiro, gradativamente, ao caminho das finanças e não da produção.

A dimensão da finança passa a fazer parte da renda agregada determinada pelas decisões de investimentos das grandes corporações, que lideram esse processo. Devido ao crescimento da macroestrutura financeira e seus créditos bancários e dívidas securitizadas, o investimento ganha uma nova opção pela emissão de dívidas, multiplicando as relações entre débito e crédito, alocando as melhores opções de valorização, calculado pelo cálculo financeiro geral de cada corporação. A busca pela taxa de lucro geral é o grande guia da competição entre as grandes corporações. O crescimento da riqueza financeira é potencializado pelas interações entre os mercados de crédito e de capitais possibilitando o surgimento de inovações financeiras, com novas operações, mecanismos e ativos, multiplicando as relações entre débito e crédito, expandindo a capitalização financeira e estimulando a circulação de dinheiro no mercado de capitais.

Braga, em diálogo com Minsky, evidencia como nessa dinâmica de expansão na interação entre os mercados de capitais e de crédito, os aumentos do endividamento e sua aceleração - que pode gerar um maior risco financeiro e aumento das taxas de juros - junto às flutuações nos preços dos ativos, geram instabilidades financeiras. Nas condições hodiernas do capitalismo financeirizado, essa percepção de risco é postergada e a expansão segue por meio de finanças cada vez mais especulativas, com o estímulo da capitalização financeira pelas

grandes corporações. Como posto por Braga, os endividamentos sobem, mas o mesmo ocorre com a valorização dos patrimônios imobiliários e dos cotados nas bolsas de valores (Braga, 2000, p. 306). As finanças e os investimentos em inovações desempenham um papel crucial na determinação do ritmo de crescimento econômico, evidenciando a importância secundária da distribuição de renda, das taxas de salário e do poder de compra da classe assalariada na dinâmica econômica.

Dessa maneira, Braga alerta para as possibilidades de instabilidades e explicita como os limites da expansão se originam na própria lógica de acumulação de riqueza, como evidenciado:

As finanças capitalistas produzem uma instabilidade autônoma que pode se mostrar destruturante justamente por afetar não apenas a eficiência marginal do capital como, também, por determinar uma sucessão de eventos críticos, seja limitando os investimentos inovadores, seja agravando o desemprego, seja provocando tensões inflacionárias ou, no pior dos casos, gerando, por uma conjunção de fatores, uma crise de reprodução, aberta ao tempo histórico, a saber, sem mecanismos automáticos de resolução quer pelos mercados, quer pelas formas público-privadas de regulação existente (Braga, 2000, p. 312).

Dessa forma, ocorrem as flutuações que mudam as estratégias das grandes corporações em busca da sustentação de sua taxa de lucro geral e geram incertezas sobre os ganhos. Essa instabilidade autônoma da macroestrutura financeira é derivada da mesma forma como foi financiada sua expansão. Porém, Braga salienta a importância do Estado capitalista durante essas conjunturas com tendência estrutural de estagnação, evitando o aprofundamento das desvalorizações de capital, gastando e emitindo dívidas, posicionando-se como devedor. Isso se soma a uma postura defensiva do mercado, adiando maiores crises e crashes financeiros generalizados, reestruturando o mercado e o Estado.

Assim, Braga demonstra a instabilidade estrutural das flutuações e tendências, com o movimento conjuntural sendo marcado por uma recessão-recuperação-recessão, com intermitentes momentos de desvalorização dos ativos, sem aprofundar para um “grande crash”. O movimento tendencial é sublinhado como a dualidade entre instabilidade e expansão. A financeirização

é um modo de ser do sistema, historicamente determinado, sustentável em prazos longos. As chamadas “bolhas especulativas” são “picos exacerbados”, cujo potencial de desordem a intervenção público-privada, na macroestrutura financeira, tenta minimizar, financiando posições de empresas e governos para evitar o crash generalizado, “coordenando”, neste movimento, a desvalorização momentânea da capitalização

financeiro-patrimonial, que volta a se repor, uma vez mantida a natureza da articulação público-privada que sustenta essa dinâmica sistêmica. (Braga, 2000, p. 328)

Portanto, os teóricos do pensamento estrutural latino-americano, aqui evidenciados pela Escola de Campinas e um de seus expoentes, Braga, salientam a financeirização como fenômeno da dinâmica econômica do capitalismo e do movimento do capital, caracterizando-se como dominante na formação de riqueza no capitalismo contemporâneo. As decisões das grandes corporações passam a levar em conta não apenas os ganhos operacionais, mas também a riqueza financeira, com ganhos fictícios que se tornam cada vez mais desconexos dos ganhos produtivos. O capital ganhou em mobilidade, flexibilidade e universalidade, movendo-se livremente em busca de maiores valorizações. A riqueza virtual passou a ser um elemento estrutural do sistema, um estrato superior de riqueza.

Essa dinâmica da financeirização, como forma de riqueza, ocorre por meio de um movimento tendencial de instabilidade-expansão-instabilidade, com conjunturas de recessão e recuperação e flutuações pró-expansão e flutuações pró- crise, com corporações competindo em uma mesoestrutura (Braga, 2000, p. 333), onde a especulação incessante em busca de maiores riquezas se mostra como o próprio responsável por impor seus limites, evidenciando a dinâmica de instabilidade estrutural em que interagem o movimento do capital junto às decisões das grandes corporações. Dessa forma, o longo prazo não é necessariamente de crescimento exponencial do capitalismo, podendo haver um longo prazo que aponte para uma crise de reprodução.

3.3 ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO (EPSM) E OS CICLOS SISTÊMICOS

As mudanças ocorridas durante a década de 1970 também foram objeto de estudos da Economia Política do Sistema-mundo (EPSM). Arrighi, em seu livro “O longo século XX”, evidencia como o capitalismo passou por um momento decisivo, com mudanças em seu funcionamento em termos locais e globais. Em diálogo com David Harvey, salienta-se o aumento do poder do capital financeiro em relação aos poderes estatais, em uma transição do fordismo-keynesianismo, onde sua rigidez mostrava seus limites, para um novo regime de acumulação flexível, com a disseminação de coordenações via mercado e o remanejamento espacial dos

processos de produção e acumulação, com a criação de diversos instrumentos e mercados financeiros (Arrighi, 1996, p. 03).

A teoria do sistema-mundo busca entender esse fenômeno por meio de uma investigação dos padrões de repetição que abarcam todo o curso do capitalismo histórico. Ou seja, no curso do sistema capitalista, houve sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, com padrões de recorrência e evolução, sendo que cada um se formou, consolidou-se e desintegrou-se em seus sucessivos regimes. Arrighi aponta para quatro ciclos na história do capitalismo, cada um durando mais de um século: o ciclo genovês, holandês, britânico e o da fase atual, o norte-americano.

Arrighi traz o argumento de Fernand Braudel ao evidenciar as características essenciais do capitalismo histórico como sendo a “flexibilidade” e o “ecletismo” do capital, não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas. Isso explicita a fórmula geral de Karl Marx para o capital (DMD’) como um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial, com alternância de épocas de expansão material (fases DM) com épocas de renascimento e expansão financeira (fases MD’), retornando ao “ecletismo” (Arrighi, 1996, p. 04-06). Porém, identifica-se que nas expansões financeiras

o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto às negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD’) (Arrighi, 1996, p. 08)

Assim, os teóricos do sistema-mundo analisam se é possível identificar alguma anomalia na atual fase de expansão financeira do ciclo norte-americano que possa levar a um rompimento com os padrões anteriores de recorrência e evolução, compreendendo como as fases MD’ consistem em momentos onde o crescimento pela via estabelecida está atingindo seus limites, com a necessidade de deslocamento da economia mundial para outra via, através de reorganizações e reestruturações radicais (Arrighi, 1996, p. 09).

Arrighi, trazendo o argumento de Weber, evidencia o ganho de poder crescente dos Estados Unidos durante todo o século XX, sendo líderes do processo de acumulação de capital, salientando a importância, para sua expansão, da criação de estruturas políticas que adquirem habilidades organizacionais cada vez mais

abrangentes e sofisticadas para gerenciar o ambiente social e político em que ocorre esse processo de acumulação.

As estruturas de acumulação de capital que moldaram o ciclo atual surgiram com a internacionalização de custos de transação pelo regime norte-americano, que *passaram a controlar os custos associados à transferência de insumos intermediários, através da longa cadeia de domínios organizacionais separados que vinculam a produção primária ao consumo final* (Arrighi, 1996, p. 248). Isso deu origem a um novo tipo de empresa capitalista, internalizando todos seus subprocessos de produção e de troca e, assim, submetendo seus custos, riscos e incertezas da movimentação de mercadorias à lógica de racionalização de toda sua ação administrativa e planejamento empresarial.

Essas empresas passaram a ter vantagens competitivas decisivas, fazendo parte de uma nova estrutura organizacional, se expandindo para outros países. Essa estrutura formada se tornou uma fonte de poder e crescimento contínuo. Com a integração de todos os mercados e a formação de um mercado mundial, as oportunidades aumentaram, principalmente no âmbito da divisão social do trabalho mundial, onde as empresas podiam adquirir, através do globo inteiro, suprimentos variados a preços acessíveis. A divisão aumentou também a tendência competitiva, com a disputa pelos fluxos de recursos e pelos bens materiais, com o objetivo de maximizar seus lucros. Os recursos de diversas empresas passaram a ser investidos em infraestruturas especializadas e separadas, porém, ligadas por uma cadeia de processos técnicos interligados. Dentro disso, sucederam-se empresas com uma forte tendência a controlar a conjuntura por meio da redistribuição de seus investimentos, a fim de garantir uma maior taxa de lucro (Arrighi, 1996, p. 261).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, estava estabelecida uma nova ordem mundial, centrada nos Estados Unidos. A integração vertical dos processos de produção e troca por meio do movimento de centralização do capital se tornou o aspecto mais importante desse novo regime de acumulação, com corporações empresariais gigantescas que passaram praticamente a desfrutar do monopólio da liquidez mundial. Assim, *houve uma ascensão do capitalismo de corporações que emergiu nos Estados Unidos através da formação de empresas com diversas unidades, dotadas de integração vertical e administração burocrática* (Arrighi, 1996, p. 303).

Com isso, Arrighi evidencia como as décadas de 1950 e 1960 constituíram outra fase da expansão material (DM) da economia mundial capitalista. Com o keynesianismo militar - a criação do Plano Marshall, o FMI, OTAN etc - os Estados Unidos passaram a ter supremacia política e militar no globo, formando a base para a busca do poder mundial. Em diálogo com Gilpin, Arrighi salienta como essa supremacia, junto à posição internacional do dólar e o crescimento da empresa multinacional, se tornaram os fatores principais da hegemonia norte-americana (Arrighi, 1996, p. 316).

As mudanças na década de 70 ocorrem, como já evidenciado, pela alta repentina do mercado de eurodólares que fazem o sistema de Bretton Woods e a paridade fixa, que haviam vigorado em toda fase de expansão material, erodir. Com a acumulação de uma massa crescente de liquidez mundial, iniciou-se um sistema de taxas de câmbio flutuantes e uma manipulação das taxas de juros, com o intuito de atrair ou repelir a grande liquidez dos mercados offshore. Essas alterações multiplicam as oportunidades de expansão do capital nesses mercados, através do comércio e da especulação com divisas (Arrighi, 1996, p. 308). É dessa forma que Arrighi explica o início da expansão financeira nessa fase do ciclo norte-americano.

Essa expansão financeira, apesar de não ser uma tendência revolucionária, devido a suas diversas repetições desde o século XIV, mostrou-se com uma escala, âmbito e sofisticação técnica nunca vistas antes. O que os teóricos do Sistema-mundo argumentam é que essas características mais “aguçadas” da expansão financeira não passam dos efeitos da tendência à crise e contradição do capitalismo histórico.

O fim do padrão ouro-dólar, das taxas de câmbio fixas e as mudanças geradas pelo aumento da liquidez e da especulação no mercado de eurodólares durante a expansão material das décadas de 1950 e 1960 foram o despertar dessa crise. O montante de eurodólares não era depositado nos EUA e sim em bancos europeus. Arrighi traz a definição de Versluysen: As eurodivisas são guardadas e usadas fora do país e têm o estatuto de moedas de curso legal (Versluysen apud Arrighi, 1996, p. 311). Esse montante acumulado não possuía nenhuma regulação ou controle de qualquer país ou órgão, explodindo com os “choques do petróleo” pelos integrantes da OPEP, que deixavam investidas boa parte de sua renda ganha nesse mercado, onde desfrutavam de lucros relativamente altos e liberdade de ação.

Junto a isso, os Estados Unidos se aproveitaram dos benefícios do regime de taxa de câmbio flexível, dado que eliminou qualquer necessidade de controlar seu déficit na balança de pagamentos, para praticar um conjunto de políticas monetárias frouxas, ofertando para circulação internacional quantidades ilimitadas de dólares não conversíveis e retirando todos os controles sobre a movimentação de capitais estrangeiros, com a finalidade de continuar sua expansão material, por meio de investimentos diretos e empréstimos externos, e controlar o capital norte-americano transnacionalizado privado, que tinha adquirido uma dinâmica própria e autônoma em terras longe dos EUA e coordenava a liquidez mundial.

Essas políticas geraram novos meios para as empresas estadunidenses tentarem superar os concorrentes em uma competição cada vez mais acirrada. A expansão da oferta de dólar aumentou os lucros do petróleo e os fluxos de recursos das corporações, reproduzindo-se inúmeras vezes e reaparecendo na economia como eurodivisas e petrodólares, concorrendo com os próprios dólares emitidos pelos EUA.

Assim, as políticas monetárias frouxas, somadas aos aumentos de preço do petróleo, reforçaram as tendências do crescimento explosivo dos mercados monetários offshore. Arrighi evidencia como a mudança de regime das taxas de câmbio acelerou a tendência dos governos dos países capitalistas mais poderosos a perder o controle sobre a produção e regulação do dinheiro mundial.

Essa desordem monetária da década de 1970 foi apontada por Arrighi como uma dinâmica mais complexa e sob novas formas de crises sinalizadoras de outros ciclos de acumulação anteriores no capitalismo histórico. Devido às pressões competitivas, a expansão material chegava a um limite, com um declínio dos lucros do capital. Os EUA, com sua política monetária, tentaram incitar essa expansão material, porém, a maior parte do aumento da oferta de dólares se transformou em petrodólares e eurodólares, que passou a competir com o próprio dólar.

Entretanto, em 1979, visto a possível ruína financeira e da confiança do dólar, os Estados Unidos passaram a praticar uma política monetária muito mais rígida, criando uma aliança entre o Estado e o capital, aderindo aos princípios e práticas de uma moeda forte, com medidas a fim de restabelecer a confiança no dólar e centralizar nos EUA o dinheiro mundial sob controle privado (Arrighi, 1996, p. 328). Assim, como na expansão financeira de outros ciclos, houve, mais uma vez, a concentração de capital, rumando para um centro comum, nesse caso, os EUA, e

ganhando força. Uma das medidas foi a elevação das taxas de juros bem acima da taxa mundial, com a finalidade de atrair os capitais privados para dentro de suas fronteiras. Os EUA também deram uma liberdade de ação praticamente irrestrita para o capital circulante dentro de seus limites, com diversas desregulamentações.

Dessa forma, a contraofensiva capitalista liderada pelos EUA no fim da década de 1970 e início de 1980 impediram uma possível destruição da estrutura de acumulação de capital existente no sistema capitalista hodierno, como salientado por Arrighi:

O crescimento explosivo do mercado de eurodivisas, a contar de 1968, foi parte integrante da emergência dessa estrutura cosmopolita da economia mundial capitalista. Foi uma expressão e um componente da flexibilidade com que o capital das corporações podia entrar e sair das jurisdições políticas, para explorar, consolidar e ampliar ainda mais o alcance global de suas operações. Mas foi também uma expressão e um componente das deficiências das políticas econômicas nacionais para enfrentar um sistema cada vez mais transnacionalizado de empresas comerciais. Nesse aspecto, as deficiências das políticas monetárias norte-americanas foram, sem sombra de dúvida, as mais importantes. (Arrighi, 1996, p. 330)

Os Estados Unidos começaram a trabalhar de mãos dadas com as finanças privadas, abandonando a tradição keynesiana do New Deal, com o objetivo de evitar a perda de sua hegemonia e de seu poder no globo. As medidas resultantes dessa aliança elevaram os lucros estadunidenses e geraram diversos malefícios aos países do terceiro mundo, que viram suas dívidas externas explodirem devido ao aumento das taxas de juros, e a demanda por seus suprimentos diminuir drasticamente. Porém, Arrighi realça como essas políticas dos Estados Unidos e países do primeiro mundo não se mostraram como solução da crise de acumulação, mas sim num deslocamento da crise de um conjunto de relações para outro. *Era apenas uma questão de tempo para que ela reemergisse sob formas mais problemáticas* (Arrighi, 1996, p. 337).

Para a teoria do sistema-mundo, cada expansão material e financeira do capitalismo histórico torna a sua sobrevivência cada vez mais difícil. Arrighi evidencia o argumento das fases alternadas do pêndulo, do historiador Henri Pirenne. A economia mundial capitalista se reproduz alternando entre uma fase de “liberdade econômica” e outra de “regulação econômica”, com a formação, expansão e, posteriormente, uma tendência oposta à informalização. Ao longo de sua história, foi assim, e hodiernamente, o capitalismo formal do governo e grandes empresas estadunidenses têm dado lugar a um impulso desregulatório. Essas mudanças têm

sua própria escala, intensidade e velocidade, as estruturas que emergiram das diversas oscilações sempre foram maiores e mais complexas do que as anteriores (Arrighi, 1996, p. 342).

Porém, Arrighi explicita como existem sinais de que chegamos a uma etapa onde a crise de superacumulação não consegue mais criar um agente empresarial ou governamental suficientemente poderoso para reorganizar o sistema. Países, comunidades e continentes têm sido declarados descartáveis para a economia cambiante da acumulação de capital em escala mundial. Isso é somado à violência no sistema mundial e à impossibilidade de sua contenção, com pressões para realocar a autoridade dos Estados nacionais (Arrighi, 1996, p. 346).

Dessa forma, Arrighi utiliza a teoria do sistema-mundo para examinar a dinâmica do capitalismo histórico, destacando a existência de ciclos sistêmicos de acumulação em toda sua história, com sucessivas expansões materiais (DM) e expansões financeiras (MD'). Diferentemente de Braga, Arrighi aponta como as expansões financeiras ocorrem em diferentes momentos da história capitalista, porém, a financeirização da década do ciclo norte-americano foi de uma escala nunca vista antes, explicitando a tendência à contradição do sistema. Arrighi destaca como a financeirização foi uma consequência dos limites e desafios enfrentados pelo sistema capitalista na década de 1960, com a transição de um sistema de acumulação material, que chegava em seus limites, para um sistema de acumulação financeira, onde a ênfase recaiu na reprodução e especulação do capital em vez da produção material e do comércio. Os Estados capitalistas perderam o controle desse excedente de eurodivisas, que se multiplicava inúmeras vezes, evidenciando a crise do sistema de acumulação. Os Estados Unidos conseguem impedir a ruína do sistema se aliando ao capital privado, com políticas monetárias mais rígidas. Porém, Arrighi mostra que essa crise não chega ao seu fim, apenas se deslocando para outros sistemas.

Assim, é possível apontar como a financeirização do capitalismo a partir da década de 1970 estimulou o estudo de diferentes escolas. É pertinente evidenciar como os três autores mencionados ressaltam o poder que o capital monetário ganha após o fim da expansão fordista, se concentrando e se centralizando, se apresentando em múltiplas formas, como Braga expõe, e comandando a repartição e destinação social da riqueza criada na produção, se desvencilhando do capital produtivo e se reproduzindo inúmeras vezes. Chesnais e Braga salientam a

formação do capital fictício, o “extrato superior de riqueza”, sem ancoragem produtiva.

Esse capital se torna universal, móvel e flexível (Braga, 2000). Essa flexibilidade também é apontada por Arrighi (1996), porém, como uma característica essencial do capital no capitalismo histórico. Arrighi antagoniza Braga ao argumentar sobre os ciclos sistêmicos, explicitando como a expansão financeira atual não é uma novidade na história do sistema, enquanto Braga trata o objeto como característico do capitalismo contemporâneo, o seu modo de ser. Braga menciona a instabilidade estrutural da economia capitalista, com tendências à expansão e instabilidade e flutuações entre recessão e recuperação. Arrighi aponta para uma fase de expansão material, que dura até a crise do fordismo, e, posteriormente, a expansão financeira com a desregulação do capital especulativo, a segunda etapa da mundialização do capital, como argumentado por Chesnais.

O que todos concordam é que a expansão exponencial do capital financeiro tem se mostrado como o próprio agente de sua crise. Arrighi e Chesnais se mostram receosos quanto ao futuro do sistema, apontando as contradições que o capital financeiro ajuda a expor. Braga enfatiza como a instabilidade da macroeconomia financeira é derivada da mesma forma como foi financiada a sua expansão. Dentro disso, tanto Chesnais quanto Braga indicam como as grandes corporações industriais passaram a levar em conta a valorização fictícia dentro de suas buscas por lucro. Houve uma imbricação entre as atividades industriais e financeiras, com um comando unificado das empresas.

O mercado financeiro ganhou força ante aos Estados nacionais, orientando políticas internas de acordo com seus objetivos. A classe de rentistas explodiu e passou a viver de dividendos e lucros vindos da dívida pública. O capital estrangeiro ganhou um demasiado poder dentro das estruturas políticas e econômicas internas de cada país e, ainda, estrangularam sua economia por meio da securitização da dívida. É dessa maneira que o capital rentista parasitário introduziu novos termos na relação da periferia com o centro, tornando os países subdesenvolvidos reféns de seu crescente poder.

4 FINANCEIRIZAÇÃO E A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

Desde o momento em que o desenvolvimento foi estabelecido como a direção para os países periféricos, diversos projetos e teorias foram criados, descontinuados e remodelados para atender às mudanças no contexto mundial. Como evidenciado, a teoria da dependência atualizou os termos introduzidos pela CEPAL ao destacar a compreensão da estrutura social e política de dominação. Arrighi apontou para o caráter mutável das atividades industriais, que podem ser de núcleo orgânico e, posteriormente, periféricas. O modelo de industrialização por substituições atingiu seu limite. Assim, o desenvolvimento autônomo nacional foi substituído por uma aliança da burguesia nacional com o capital estrangeiro.

Diversos países na América Latina passaram a receber grandes fluxos de Investimento Externo Direto (IED) em setores cruciais da indústria de transformação. As políticas para o desenvolvimento das ditaduras militares no Cone Sul, durante a década de 1960, foram perseguidas por meio do endividamento externo. No Brasil, a ditadura estimulou o endividamento por meio de flexibilizações e usou o aporte de poupanças externas para financiar o crescimento, citando como

os empréstimos estrangeiros se justificariam, assim, como a forma de cobrir o hiato de recursos necessários ao crescimento, ou seja, como forma de cobrir o saldo negativo do balanço de mercadorias e serviços produtivos. As ampliações no nível das reservas e das exportações, por sua vez, eram vistas como fundamentais para aumentar a credibilidade do País, e, assim, permitir novas entradas de empréstimos e financiamentos (Brasil, 1985, p. 07)

O período entre 1968 e 1973 ficou conhecido como o "milagre econômico", quando o Brasil cresceu 10% ao ano, com um aumento exponencial da dívida externa. Esses empréstimos e a busca por recursos estrangeiros foram incentivados pelo contexto mundial, dada a nova configuração que o capitalismo tomou a partir da década de 1970, sob a égide da financeirização. O aumento significativo da liquidez mundial gerada pelo choque do petróleo, pelo fim do sistema de Bretton Woods e pela explosão dos euromercados internacionalizou a economia do endividamento, deixando a periferia à mercê do capital rentista (Chesnais, 1996, 251).

Dessa forma, é possível apontar como os processos de endividamentos externos das nações periféricas e a posterior crise da dívida dos países na América Latina consolidaram o impacto do processo de financeirização do capitalismo sobre a relação entre o centro e a periferia. Chesnais aponta como o mercado de

eurodivisas apareceu como um vasto mercado privado externo dos meios de financiamentos, constituído paralelamente aos mercados nacionais, tornando-se cada vez mais independente, abrangendo milhares de bancos privados com capitais abundantes parados e prontos para render, um mercado de atacado (Chesnais, 1996, p. 254).

Assim, a década de 1970 é marcada pela maciça quantidade de empréstimos conjuntos feitos pelos bancos internacionais aos países periféricos. Créditos foram criados dentro de uma rede fechada de bancos e exportados para o terceiro mundo. Arrighi evidencia a influência das taxas de câmbio flexíveis para posicionar a periferia do lado da demanda e não da oferta nesse "cassino financeiro", recebendo recursos do centro. O novo regime monetário afetou gravemente a periferia, as taxas voláteis aumentaram os riscos e incertezas, com os valores das receitas de exportação, dos pagamentos pelas importações, da renda nacional e das receitas governamentais oscilando. Os países do terceiro mundo não possuíam recursos financeiros e, por isso, demandavam para se contrabalancear os efeitos das flutuações (Arrighi, 1996, p. 322).

Como salientado no capítulo 02, o contexto mundial de fim do regime de taxa de câmbio fixas e a explosão dos euromercados, junto às políticas monetárias frágeis dos Estados Unidos e as desregulamentações feitas pelo governo, deram um poder de mobilidade, flexibilidade e universalidade jamais vistos para o capital privado, que atuava sem nenhuma regulação e controlava as finanças mundiais, reciclando os dólares emitidos pelos EUA, se reproduzindo várias vezes e empurrando empréstimos aos países em desenvolvimento.

Diferentes escolas apontaram o crescente problema do descontrole dos capitais especulativos. Como visto, Arrighi salientou como essas mudanças do sistema foram o despertar da crise, o investimento da moeda pelos EUA, com o objetivo de expandir a produção e aumentar os lucros decadentes, retornava a sua forma monetária especulativa, evidenciando a fórmula DD' , esses capitais reciclados se tornaram uma fonte de inflação mundial, dado que não aumentavam a produção e estimulavam a reprodução monetária. Chesnais ressaltou a transferência da riqueza produtiva para a esfera financeira parasitária, principalmente por meio da dívida pública, apontando o mesmo problema de queda de rentabilidade do capital investido na indústria e o crescimento, dessa forma, da valorização puramente financeira. Chesnais também evidencia a instabilidade do sistema capitalista pelo

fato de não ter uma moeda capaz de garantir uma ancoragem efetiva para as transações internacionais, se transformando em um ativo financeiro capaz de ser especulado.

As mudanças nas políticas econômicas dos Estados Unidos, a partir de 1979, impediram uma "nova crise de 29" e uma possível destruição do sistema de acumulação (Arrighi, 1996), com o governo criando uma aliança com o capital monetário concentrado. Dessa forma, o centro criou a crise, "exportou" aos países periféricos e fez os mesmos "pagarem o pato". Como Tavares demonstra em seu artigo "A retomada da hegemonia norte-americana", a política econômica interna e externa dos EUA fizeram o país retomar o controle financeiro internacional, elevando violentamente as taxas de juros, supervalorizando o dólar, aumentando o seu déficit fiscal e obrigando a contração de créditos, antes abundantes, pelo sistema bancário privado.

Todos os países foram obrigados, nestas circunstâncias, a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e superávits comerciais crescentes, que esterilizam o seu potencial de crescimento endógeno e convertem seus déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica (Tavares, 1985, p. 07).

O aumento súbito e exponencial das taxas de juros pelos EUA impactou na orientação dos capitais para dentro de seus limites, no fim da expansão de créditos à periferia e na explosão de sua dívida externa. A crise mexicana de 1982 foi a primeira demonstração do fardo que os países periféricos precisariam carregar devido aos ajustes das políticas dos EUA. O aumento dos juros e a integração dos mercados domésticos com os mercados do centro se somaram e impactaram no aumento da dívida externa e na incapacidade do país em cumprir seus pagamentos devido à fuga de capitais em direção ao seu vizinho do norte, dada a maior segurança e atratividade, obrigando o México a declarar moratória e renegociar suas dívidas com seus credores internacionais. A dívida externa estrangulou a economia de inúmeros países periféricos, com crises na América Latina, África Subsaariana e, mais tarde, na Ásia.

Dessa maneira, se evidenciou uma grande inversão de fluxos, com uma transferência maciça de capital privado dos países periféricos em direção aos bancos credores, que passaram a caçar os países devedores, com renegociações de dívidas, aquisições de títulos de propriedade de empresas públicas privatizadas, com setores inteiros da economia à venda (Chesnais, 1996, p. 256-57). Os credores,

por meio do FMI e do Banco Mundial, impuseram ajustes estruturais, reorientando a política econômica de praticamente todos os países em desenvolvimento, com reformas substanciais, como corte de gastos públicos, desvalorização da taxa de câmbio, liberalização do comércio etc., estimulando a exportação em oposição à importação para, assim, gerar um superávit na balança comercial.

O mercado financeiro passou a determinar a política econômica dos Estados, que se viram dependentes do capital estrangeiro para a rolagem da dívida. Os Estados foram obrigados a diminuir as restrições e controles, por meio de desregulamentações, a fim de se mostrar mais atrativos ao capital monetário concentrado. Esses empréstimos eram contraídos em condições extremamente desfavoráveis, com o processo de endividamento se retroalimentando e se tornando cada vez mais complicado de controlar. As mudanças institucionais e de política das economias lideradas pelos grupos de pressão do âmbito financeiro foram decisivas para a rápida abertura da conta de capitais das economias periféricas, principalmente na América Latina, incluindo uma grande proporção de ativos financeiros altamente reversíveis, sem vinculação produtiva. Essa fácil reversibilidade aponta a vulnerabilidade da economia periférica e a instabilidade do sistema. O mercado tem ganhado uma legitimidade cada vez maior, tendo o poder de “sinalizar” aos governos possíveis crises ou políticas que não os beneficiam. O capital se mostra extremamente sensível ante notícias adversas, podendo passar de um excesso de otimismo, com uma abundância no fluxo, para um pessimismo exacerbado, com uma seca de recursos e uma fuga de capital (Rodríguez, 2009, p. 596).

A década de 1990 marcou a volta de um maior fluxo de capital financeiro aos países em desenvolvimento, produzindo ciclos de alta do nível de atividade, com expansão devido ao otimismo e à entrada de capital e contrações devido a mudanças de expectativas e a posterior saída ou escassez. Octávio Rodríguez (2009) salienta como essa acumulação incide diretamente na corrente do balanço de pagamentos, com um aumento da conta de capitais, mas também impacta indiretamente, dado que o aumento de recursos externos influencia na valorização cambial, incidindo negativamente na balança comercial das economias que se abrem para competição internacional, causando déficits em conta corrente, que, junto ao volume da dívida acumulada, apontam ao aumento da dependência dos fluxos de capital adicionais. A sensibilidade dos agentes financeiros está fortemente

associada às variáveis macroeconômicas dos países periféricos, evidenciando a insustentabilidade macroeconômica originada pela liberalização dos movimentos internacionais do capital financeiro.

Rodriguez aponta como os fluxos financeiros internacionais mostram um caráter pró-cíclico e de instabilidade, tendo auges de movimentação e em outros momentos causando crises de intensidade variada, como as dificuldades de pagamento nas contas externas. Essa postura macroeconômica “financista” das economias emergentes em busca desenvolvimento, com a completa abertura da conta de capitais, deriva em níveis e composições da dívida externa que acabam sendo insustentáveis.

O mesmo é destacado por Ricardo Carneiro (2007), membro da Escola de Campinas, em seu artigo “Globalização Financeira e Integração periférica”, que salienta como nessa nova fase do capitalismo, onde se aponta a crescente importância da esfera financeira e a autonomia relativa da valorização de sua riqueza ante a riqueza real advinda da produção ou da geração de renda, a América Latina se inseriu na economia mundial seguindo um perfil de acumulação financeira e não produtivista, com uma integração de capital account, por meio de fluxos de capitais e Investimentos Externos Diretos (IED) de natureza patrimonial, isto é, investimentos para aquisições de ativos já existentes, com fusões ou aquisições, sem o acréscimo de novas tecnologias de produto ou processo. A periferia passou a precisar levar em conta o avanço da mundialização do capital, que se impôs aos Estados nacionais, decidindo quais áreas do globo eram financeiramente atraentes e úteis para o capital monetário concentrado.

Dessa forma, é possível argumentar como houve uma alteração qualitativa da relação entre o centro e a periferia. A transição para uma economia financeirizada resultou em mudanças nas dinâmicas de poder e nas relações de interdependência entre países centrais e periféricos. A liberalização dos fluxos levou a uma notável acentuação da polarização, bem como à crescente marginalização de muitos países. Essa mudança pode ser salientada pela industrialização por endividamento e a posterior crise da dívida externa. A tentativa de desenvolvimento por endividamento deixou a periferia refém do capital especulativo. A segunda etapa da mundialização financeira, como exposto por Chesnais, impôs aos países em desenvolvimento suportar o peso da crise mundial. Nessa explosão da dimensão financeira sem criação de riqueza real, as relações entre as principais instituições financeiras e os

países em desenvolvimento tomadores de empréstimos se deram pelo comportamento de agiotagem. O capital monetário concentrado, por meio da alta da taxa de juros, passou a garantir um alto fluxo monetário advindo da periferia. A nova configuração do capitalismo posicionou a periferia de joelhos a uma nova classe rentista do centro, que enriquecia com lucros e dividendos vindos da dívida pública, sem produzir nenhuma riqueza. Essa relação se iniciou na década de 1980 e passou a caracterizar o sistema dali em diante.

A explosão das dívidas externas nos países periféricos permitiu a imposição do capital, por meio do Banco Mundial e do FMI, de políticas que os beneficiassem, com desregulamentações e aberturas totais de suas contas de capitais, se integrando totalmente ao mercado mundial. A livre entrada de capitais aumentou a vulnerabilidade externa desses países, com a entrada abundante de fluxos monetários e posteriores choques financeiros externos e a fuga destes capitais, impactando demasiadamente nas contas externas e nas atividades econômicas. Diversos exemplos empíricos foram vistos nas últimas décadas, como a crise mexicana em 1982 e 1984, as crises dos tigres asiáticos no final do século XX e as sucessivas crises que atingiram a Argentina desde sua dolarização. As flutuações e volatilidade da estrutura instável da economia capitalista, com expansões e estagnações, possuem um impacto gigante nas economias dos países em desenvolvimento.

Além disso, a globalização por meio dos mercados financeiros e a liberalização dos movimentos internacionais de capital diminuíram a liberdade das políticas econômicas internas. Dessa maneira, a dependência da periferia ante ao centro aumentou e as políticas de desenvolvimento dos primeiros precisam levar em conta a opinião do mercado. A expectativa destes passou a controlar as variáveis macroeconômicas. O capital externo tornou-se um ator político importante dentro das estruturas sociais internas de cada país, atuando no campo político e econômico para a consecução de seus objetivos. Os países necessitam se mostrar atraentes para o capital monetário concentrado, que escolhe quais regiões são mais benéficas para entrar.

Dessa forma, com a financeirização do capitalismo, a periferia perdeu em poder de barganha, se tornando mais vulnerável ante ao contexto externo. A expansão da riqueza fictícia e parasitária, sem criação de renda, na forma exposta por Marx, D-D', permitiu ao centro a possibilidade de uma nova exploração em

relação à periferia. O processo de garantia de uma maior fatia de lucro pelas grandes corporações começou a levar em conta a capitalização financeira, a valorização do capital fictício, seja ele sem ou com ancoragem produtiva. A periferia entrou nessa equação como demandatária de recursos externos para equilibrar sua balança de pagamentos, retroalimentando seu endividamento e suas relações dependentes do capital estrangeiro, um processo de agiotagem.

Assim, a desigualdade intrínseca e estrutural entre os dois polos do sistema foi potencializada pela ação da esfera financeira. O poder dos países centrais aumentou e as chances da periferia superar o subdesenvolvimento se estreitaram exponencialmente. Os países periféricos, além de terem seus agregados, como o nível de renda, preços, investimento, emprego, produtividade etc., impactados pelas flutuações abruptas dos capitais especulativos, ainda precisam disponibilizar parte de seus ganhos para a rolagem da dívida.

A financeirização do capitalismo a partir da década de 1970 transformou o papel da periferia na economia mundial. A divisão internacional do trabalho se transforma, impactando na integração produtiva e financeira dos países subdesenvolvidos. É a partir desse momento que a dívida externa passa a se tornar um fardo. O processo de acumulação e financiamento de seu desenvolvimento passou por um aumento exponencial de empréstimos de petrodólares e por IEDs, porém, as novas políticas econômicas e monetárias lideradas pelos EUA estrangulam as economias subdesenvolvidas.

Como exposto, essa mudança qualitativa da relação entre o centro e a periferia pode ser demonstrada ao analisar a tendência ao desequilíbrio externo. Com a explosão da dívida e a abertura completa de suas contas externas, esse problema estrutural dos países subdesenvolvidos passou a ser sanado pela conta capital. Porém, aumentou a dependência e vulnerabilidade externa, implicando em crises e fugas de capitais ou momentos de abundância devido às instabilidades da economia mundial. Os termos de trocas também passaram a ter um impacto importante nas contas externas. Com as flutuações constantes geradas pelo capital especulativo, a deterioração dos termos de trocas passou a ser um processo cíclico, implicando em momentos onde os países em desenvolvimento aumentaram seu poder de barganha, como o boom das commodities no início dos anos 2000, ou momentos de baixa, como o início dos anos de 1980, implicando no estímulo da crise da dívida externa.

Dessa maneira, percebe-se como a nova configuração do capitalismo, com um crescente poder do capital monetário concentrado em um ambiente cada vez mais instável e contraditório, acentuou o caminho estreito e árduo dos países subdesenvolvidos para superarem sua condição estrutural. A riqueza fictícia tornou-se parte constituinte do capitalismo e um ator crucial na economia mundial, impactando na expansão, estagnação e crise do sistema. Os países periféricos foram incluídos dentro desse modo de ser introduzido pelas economias do centro e pelas buscas desenfreadas do capital de não reduzir suas taxas de lucros, expondo-se a novas formas de exploração e sendo obrigados a pagar pela crise de acumulação do sistema.

CONCLUSÃO

Assim, através das perspectivas apresentadas, é possível compreender como a financeirização do capitalismo contemporâneo transformou qualitativamente a relação dos países da periferia com o centro. Desde o momento que o conceito de relação centro-periferia foi introduzido na economia política internacional, os termos se atualizaram e continuam se atualizando constantemente. Dentro disso, a mudança de um modelo de acumulação, caracterizado pelo fordismo, baseado na produção para uma acumulação flexível representa um ponto de inflexão nas relações entre os países.

A expansão do poder do capital monetário concentrado desempenha um papel central nesse novo cenário. Os países periféricos se encontram cada vez mais vulneráveis e dependentes do capital estrangeiro, o que os coloca em uma posição de reféns do capital rentista.

Um aspecto crítico e o ponto transformador dessa dinâmica é a explosão das dívidas externas nos países periféricos, que resultou em políticas de ajuste estrutural impostas por instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Essas políticas de austeridade tiveram um impacto prejudicial nas economias dos países em desenvolvimento, levando à redução dos gastos públicos, a desregulamentação, à desvalorização da taxa de câmbio e à liberalização do comércio.

A periferia se viu estrangulada pelo capital. Os grandes bancos, corporações e toda a classe rentista produziram a crise e a exportaram ao sul global, que pagou a conta. Num processo de agiotagem, o capital monetário concentrado enriqueceu à custa dos países periféricos, sem contribuir para a criação de riqueza real.

A relação de dependência aumentou, os países periféricos perderam a liberdade de suas políticas econômicas internas. O mercado financeiro passou a se mostrar como um ator importante na estrutura econômica, política e social interna de cada nação, influenciando nas decisões econômicas e políticas públicas.

Dessa maneira, o caminho para o desenvolvimento se comprimiu. A financeirização do capitalismo reconfigurou as relações econômicas globais, acentuando as desigualdades entre países centrais e periféricos. Com o fim do sistema de "bretton woods" e o regime de taxa de câmbio fixa, o capital conseguiu evitar sua crise de acumulação produtiva e suas tendências a contradição, se

reinventando e recuperando suas altas taxas de lucros. A riqueza fictícia passou a fazer parte da estrutura do capitalismo, afetando a expansão, estagnação e crises do sistema

O desenvolvimento continua sendo uma especificidade de apenas países selecionados do globo. O capital financeiro apenas corroborou para o entendimento do subdesenvolvimento como contraface do desenvolvimento.

Dessa maneira, esse trabalho teve como intuito identificar e apresentar algumas características que definem a influência da esfera financeira hodierna sob as relações dos países do norte e do sul. Como exposto no capítulo introdutório, o sistema capitalista está caminhando em direções que estão progressivamente limitando as oportunidades de progresso para as populações carentes em todo o mundo em nome do ganho de capital, o capital financeiro se mostra como a atual lógica do capitalismo que bota o lucro acima da vida.

A pesquisa se mostra apenas introdutória ao tema e se espera poder contribuir para novos estudos que possam ajudar na compreensão e análise do tema e suscitar novas possibilidades para fortalecimento e resistência periférica.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Dinheiro e as transfigurações da riqueza**. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, p. 151-193, 1997.

BOAVENTURA, Alba Bruna Barbosa. **A financeirização do capitalismo contemporâneo e suas consequências para a periferia do mundo**. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro De Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

BORGES, Pedro Pereira. Uma pequena reflexão sobre o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 1-4, jan./mar. 2020

BRASIL, Congresso Nacional. **Projeto de Resolução nº 338, de 1985** - da CPI da Dívida. Diário do Congresso Nacional, Seção I, Ano XL, Suplemento Nº 100, Capital Federal, 1985.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização Financeira e Inserção Periférica. **Economia e Sociedade**, Campinas, (13): 57-92, dez. 1999.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996

DE SOUZA BRAGA, José Carlos. **Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2000.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-"milagre"**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

NADER, Giordano. Estado e acumulação financeira na periferia do capitalismo: um exame descolonizado sobre a América Latina nas últimas três décadas. **Sociedade Brasileira de Economia de Economia Política**. v. 12, 2022. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessoesordinarias/Sessao3.mesas21_30/Mesa25/253.pdf>. Último acesso: 28 nov 2022.

OURIQUES, Helton. R.; VIEIRA, Pedro. A. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. **Revista Carta Internacional**, Belo

Horizonte, vol. 12, nº 3, pg. 199-228, 2017.

PAIVA, Heitor; PALLUDETO, Alex. Financeirização: causas e consequências na periferia. **O Eco da Graduação**, v. 6, n. 1, p. 5-35, 2021.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; ABOUCHEDID, Saulo Cabello. A hierarquia de moedas e a relação centro-periferia revisitada. **Anais do 42º Encontro Nacional de Economia-Anpec**, Natal, 2014.

PRADO, Eleutério. F. S. **A financeirização nos “ciclos sistêmicos de acumulação”**. Agosto, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013

RODRIGUEZ, Octavio. **Estruturalismo Latino Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Fábio Pádua dos. Evolução da consciência desenvolvimentista: da Cepal à Escola de Campinas. **Textos de Economia**, v. 20, n. 2, p. 119-135, 2017

SOUZA, Thais Andreia Araujo de. A RELAÇÃO ENTRE FINANCEIRIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL APÓS 1980. **Orbis Latina**, v. 11, n. 2, p. 140-140, 2021.7

TAVARES, Maria da Conceição. **A Retomada da Hegemonia Norte-americana**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel; FURTADO, Érica Luisa Matos. Globalização: uma trajetória de longo prazo na economia mundo. **O Declínio do Poder Americano**. ORG & DEMO, v. 6, n. 1/2, cap. 03, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. University of California Press, 1 ed, 2011.